



JABOATÃO

Sua Terra

Sua Gente

ORLANDO BRENO DE ARAÚJO

1ª EDIÇÃO

A
yques

uma lenda

de Oplando Bruno

Ypocato Zorquino 2008

Delict Franjo

JABOATÃO, SUA TERRA SUA GENTE

ORLANDO BRENO DE ARAÚJO

- 1 – Professor de Educação Física do Centro de Formação Profissional da R.F.N., Colégio Rodolfo Aureliano, Colégio Pe. Chromacio Leão e outros.
- 2 – Curso de Relações Humanas.
- 3 – Curso de Administração Municipal - FIAM.
- 4 – Curso de Como Transmitir Conhecimentos.
- 5 – Curso de Liderança de Reuniões.
- 6 – Instrutor de T.W.I - Salvador, Bahia.
- 7 – Curso de Educação Moral e Cívica.
- 8 – Curso de Produtividade Industrial.
- 9 – Diploma de Professor do Ano do Clube de Imprensa de Pernambuco (1968).
- 10 – Membro do Centro de História e Estudos Municipal - FIAM.
- 11 – Sócio fundador do Instituto Histórico do Jaboatão.
- 12 – Ex-Vice-Diretor do Colégio Padre Chromacio Leão.

AUTOR

Orlando Breno de Araújo

DIAGRAMAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Carlos A. Ohira Vilela

ARTE FINALIZAÇÃO

Marquinhos Xavier

FOTOGRAFIAS

Orlando Breno de Araújo

IMPRESSÃO

Gráfica Caxangá Ltda.

Av. Caxangá, 1049 - (PABX) 227.4844 - Recife-PE.

1ª edição - 1.000 exemplares

Copyright © 1988 by
Orlando B. de Araújo

.....
É proibida a reprodução total ou
parcial deste livro sem a prévia
autorização do autor.
.....

DEDICATÓRIA

À minha esposa, Zuleick Lopes Araújo e aos que
nasceram e fazem Jaboaão.

Orlando Breus.

Acabo de ler os originaes da "Monografia de Jabotão", de sua autoria, producto de dois annos de trabalho desenvolvido com o mais nobre das intenções que se dão aos filhos da terra um esboço da sua historia.

Li o seu trabalho não com o espirito critico, como você pediu, pois não estou na altura de criticar um trabalho seu, mas com o intuito de apreender, de colher os frutos das pesquisas feitas com tanto carinho e com tanta perspicacia. Li e quotei tantos fatos que desconhecia e que tenho certeza, a maioria dos jabotãoenses desconhece.

Jabotão, de tão gloriosas tradições, berço de tantos heróis que se destacaram pelo espirito patriota, terra onde foram travadas as maiores batalhas contra o invasor holandês, estava precisando de alguém que lhe escrevesse a historia, de alguém que limpasse a poeira do esquecimento que envolve tantos vultos illustres.

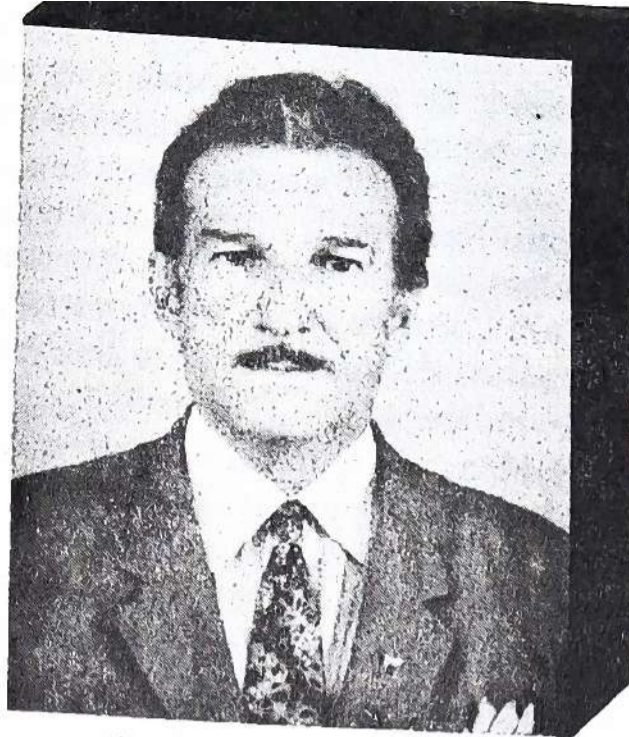
E você o fez com muita intelligencia. Resta-nos agora esperar que as autoridades municipaes aproveitem o seu trabalho mandando-o publicar e não so isso, incluindo-o no curriculo das escolas de 1º grau da cidade, para que a nossa juventude aprenda a conhecer melhor a terra que lhe pertence de berço.

Residindo em Jabotão ha 32 annos, aprendi a amar esta terra onde fui e conservei tantos e tão grandes amigos. Portanto considerando-me jabotãoense pelo coração, quero juntar os meus applausos a tantos outros que você irá, merecidamente receber, pelo seu trabalho.

Parabens!

Jabotão, 25 de agosto de 1977

Napoleão.



**Jaboatão, sua terra, sua gente.
Orlando Breno de Araujo**

Prezado Leitor.

O que me levou a escrever sobre Jaboaatão foi, antes de tudo, o desejo de tornar mais conhecida uma terra notável por seu passado histórico tão pouco divulgado e pelo fato de ser, este município, um celeiro inesgotável de acontecimentos e estórias pitorescas e engraçadas, umas, originais, outras.

Começando com um ligeiro histórico publicado na Gazeta Jaboaatoense de 28 de julho de 1957 - da qual fui Diretor-Responsável - surgiu a idéia de coletar dados mais profundos sobre a origem e desenvolvimento deste próspero município. Os anos foram se passando e a idéia amadurecendo até que, em 1975, fazendo parte do Instituto Histórico do Jaboaatão comecei a seguir a mesma trilha percorrida por áqueles que já escreveram sobre esta terra, isto é, comodamente instalado em macia e confortável poltrona, passei a ler o que chegou em minhas mãos referentes a Jaboaatão, extraindo de suas páginas o que pudesse ser de interesse do povo jaboatonense. As anotações se sucediam aumentando as páginas rabiscadas, uma vez que estava aproveitando algumas horas de meu escasso lazer para dedica-las a essa nobre e elevada tarefa, coligindo e registrando fatos e acontecimentos ligados á história do Jaboaatão.

Depois de dois anos de atividades, cheguei a conclusão de que a pequena monografia que pretendia escrever, em nada seria diferente dos outros livros que já haviam sido publicados, uma vez que eu estava, apenas, repetindo o que outras pessoas já haviam dito.

Foi então que resolvi abandonar o conforto aconchegante da poltrona e passei a percorrer as plagas verdejantes do município á procura de verdades que nunca haviam sido ditas, por não terem, ainda, sido pesquisadas e por julgar que tudo quanto conseguira absorver não deveria permanecer como conhecimento exclusivista, dele participando ás pessoas que desejam conhecer melhor a terra natal de Bernardo Vieira de Melo, dos barões de Muribeca, Caiará, Pirapama, Souza Leão, Moreno e de tantas outras figuras notáveis quer pesquisando seu passado cheio de glórias, quer percorrendo suas plagas hospitaleiras, visitando seus recantos mais pitorescos ou contactando com suas figuras mais preeminentes.

É bem possível que algumas das cousas por mim afirmadas cause estranheza em seus meios culturais. As críticas, por certo, surgirão, as inevitáveis controvérsias aparecerão, os pontos de vista e as convicções estarão em jogo, mas a nada disso eu temo pois estou estribado em autores fidedignos e em pesquisas que eu mesmo fiz no decorrer destes anos.

Assim foi que descobri ter sido no princípio da colonização da capitania de Pernambuco que as terras da ribeira do Jaboatão começaram a ser doadas a uns poucos fidalgos lusos, em regime de sesmarias, que se propuzeram explorar-las fundando engenhos de açúcar e, para isso, adquiriram e transportaram escravos negros e indígenas para os trabalhos do campo surgindo, daí, pequenos núcleos residenciais que deram origem a pequenos povoados dos quais surgiram os distritos do Jaboatão que teve sua real origem nos engenhos de açúcar: a cidade-sede do município começou no engenho S. João Batista (atual usina Bulhões), Muribeca veio do engenho S. João de Arnaú de Holanda e Cavaleiro dos engenhos do mesmo nome e Jangadinha.

Quem deu o primeiro passo para o povoamento em massa das glebas jaboatonenses, foi o português Bento Luís de Figueiroa, terceiro proprietário do engenho S. João Batista que, em 1595 começou a doar terras a quem quizesse se fixar em Jaboatão, exemplo que não foi seguido pelos outros senhores de engenho alguns dos quais verdadeiros latifundiários, proprietários de vastas extensões de terras que foram, por herança, transmitidas aos seus descendentes através de várias gerações. Tanto é assim que durante mais de trezentos anos (1595-1955) a cidade do Jaboatão ficou restrita a uma pequena faixa de terras que começavam em seus limites com Cavaleiro e se estendiam até a ponte dos Vasconcelos, ao longo da PE/7 com cerca de três e meio quilômetros de extensão por um e meio de largura. Circundando essa pequena faixa urbana, em todas as direções, estavam as terras pertencentes às usinas e engenhos de açúcar cujos proprietários não tinham interesse em vende-las, dificultando o crescimento horizontal da cidade o que obrigou os proprietários dos lotes a aproveitá-los da melhor maneira possível surgindo, por isso, centenas de casas estreitas, de paredes conjugadas, sem oitões livres e sem área para jardim.

Regra geral, essas casas não medem mais de cinco m. de largura, possuem cômodos estreitos e são de um só pavimento, muito embora possam se destacar, dentro da cidade, algumas residências antigas de vários cômodos, com quintais amplos e arborizados com árvores frutíferas. A maioria, porém, transformadas em escolas - Rodolfo Aureliano, Bernardo Vieira, Pe. Chromacio Leão, Sesi, Centro de Treinamento Ferroviário, Souza Brandão, etc. - que há muito foram adquiridas pelo governo do Estado e pela antiga Great-Western.

Somente em 1955 começou o crescimento horizontal da cidade quando o Sr. Abílio Maita, genitor do Dr. Raxid Maita, comprou acima da estação ferroviária de Socorro uma área que loteou e vendeu com relativa facilidade a várias pessoas. Outros corretores de imóveis, notadamente o sr. Valdomiro Lima, seguiu-lhe o exemplo dando início ao surgimento de outros bairros - Vila-Rica, Bela-Vista, Mundo Novo, Santo Aleixo, etc. - que aumentou o perímetro da cidade, a área suburbana penetrando na zona rural onde só existiam plantações, principalmente da cana de açúcar. Nesses novos bairros, as casas apresentam outra arquitetura, com jardim e oitões livres formando vilas de aspecto mais agradável.

As terras do litoral, as praias propriamente ditas, por não se prestarem ao cultivo da cana de açúcar e por serem lugares perigosos sujeitos às incursões dos piratas e flibusteiros internacionais dos séculos XVI e XVII e por

serem constantemente patrulhadas por tropas holandesas durante a dominação dos batavos (1630-1654), nunca foram solicitadas pelos fidalgos lusos que se conformaram em possuir, apenas, as terras do interior da capitania, com sólo argiloso, de massapé, ótimo para instalação dos engenhos de açúcar. A faixa do litoral, de sólo arenoso, onde brotavam coqueiros, cajueiros, mangabeiras, dendezeiros e guarús passou a ser habitada pelo povo pobre, simples pescadores que armavam casas de taipa com cobertura de fôlhas de coqueiro ou de capim, indiferentes aos ataques dos piratas e aos saques dos holandeses por não possuírem nada que lhes despertasse interesse ou cobiça, isto é, nada que valesse a pena ser roubado.

Com o decorrer do tempo, essas pessoas pobres passaram a ter posse sobre certos trechos das praias. Naquela época remota ninguém poderia prever que aquela faixa arenosa, imprestável ao cultivo da lavoura, sempre bafejada por ventos impregnados de partículas salitrosas provenientes das águas do mar, cheia de coqueiros e atapetadas por carrapichos de agudos e perfurantes espinhos escondidos no meio da vegetação rasteira ou misturados às ramas arroxeadas das salsas, onde vicejavam os guarús de frutos adocicados viesse, um dia, ser a preferida das classes mais abastadas da sociedade que se empenhariam em adquirir, dos pescadores, as terras que, por direito de posse, lhes pertenciam. Em várias dessas transações houveram aborrecimentos e descontentamentos, porém pouco a pouco os pescadores foram vendendo suas terras e se retirando e envez das casas de taipa ou de pau a pique com telheiro de capim, foram surgindo os prédios de apartamentos de vários andares, de refinado bom-gosto, edificadas na orla marítima de Piedade, Venda-Grande, Candeias e Barra das Jangadas contrastando com as casas de alvenaria de um só pavimento levantadas em Prazeres, Cavaleiro e na cidade do Jaboatão.

No princípio foram firmas construtoras que edificaram sofisticados prédios a beira mar, depois foi o BNH e a COHAB-PE que levantaram conjuntos residenciais afastados das praias como o Jardim Belo-Horizonte, em Barra das Jangadas e o conjunto residencial D. Helder Camara, à margem da Lagoa Olho d'Água, em Piedade.

A sofisticada arquitetura dos prédios construídos na orla marítima do município, deu nova feição ao local modificando completamente a paisagem que se transformou em área de requinte com largas avenidas iluminadas com lâmpadas elétricas de mercúrio, quadras de esportes, supermercados, buates, restaurantes, cinema, padarias, etc. fazendo desaparecer as casas de taipa de seus antigos moradores. Edifícios de vários andares, cheios de vidros transparentes e pintura multicolorida têm se sucedido em escala ascendente transformando Piedade, Venda-Grande, Candeias e Barra das Jangadas em bairros grã-finos onde quase todos os moradores pertencem às elites privilegiadas.

Nessa região de planícies costeiras, está o futuro de Jaboatão e um prefeito mais inteligente aproveitaria o surto de progresso vigente mudando a sede do município para Prazeres incrementando o desenvolvimento de seu parque industrial que dispõe de vasta área, desde a desativação da usina Muribeca, fazendo abortar, de vez, a infeliz idéia de transformar o 2º distrito em município independente de Jaboatão.

Querem algumas pessoas que a origem do toponimo Jaboatão venha da expressão tupi Yapoatam - árvore de caule linheiro, "de uma espécie da qual se faziam mastros para as embarcações" - quando a verdade histórica é outra, bem diferente. O dr. Mario Melo, escritor, jornalista, historiador e membro do Instituto Arqueológico Pernambucano foi autor dos estudos para descobrir

a origem da palavra Jaboação e criar, a pedido do prefeito Humberto Lins Barradas (1951-1955) a bandeira e o escudo d'armas do município.

Em seu relatório, o dr. Mario Melo chegou á seguinte conclusão: "O toponimo Jaboação se origina da lingua tupi, havendo para o mesmo três diferentes origens: para D. Luís da Silva Brito, é Yaboaty-atam, cágado que anda devagar, perdida a última sílaba na função dos dois vocábulos Yaboatam. Para Tomás Sampaio é Yauapoatã, mão rija de onça e para Garcia Rodrigues, é Yapoatam, caule linheiro de uma espécie que dá mastros para embarcações. Preferi a interpretação do último que se afigurou a mais lógica (?), por ser a mais verdadeira(?) aceita pelas autoridades locais e consagrada pelo povo. Procurei por intermédio de pessoas do município, desenho da planta que os indigenas conheceram. Não foi possível obte-la. Estudando o núcleo da população de que hoje se deriva o município, nã bem elaborada monografia de Samuel Campelo, que o congresso de geografia de Belo Horizonte aprovou, verifiquei feudo de Antonio de Bulhões, ao tempo do terceiro donatário, Jorge de Albuquerque. Esse Bulhões era natural de Vizeu e parente do glorioso Antonio, Segundo Nobiliarquia Pernambucana de A. V. George da Fonseca. O tronco da família se encontra no Ducado de Bulhões dos Países Baixos e, deste foram os reis de Jerusalém, Godofredo e Balduino. Tinham armas e como timbre destas uma árvore. Não podia, portanto, a árvore deixar de ser a figura principal do escudo".

E o relatório do dr. Mario Melo continua descrevendo o formato, as cores e as figuras heráldicas da bandeira e escudo d'armas do Jaboação. Façamos ligeira análise desse relatório quando o dr. Mario Melo diz ter preferido a interpretação de Garcia Rodrigues "que se afigurou a mais lógica, por ser a mais verdadeira, aceita pelas autoridades locais e consagrada pelo povo".

Na nossa modesta opinião, a origem certa do toponimo que deu nome ao município, é a descrita pelo Bispo D. Luís da Silva Brito, pelas seguintes razões:

1º) Foi o rio que deu nome ao município ou o município deu nome ao rio?

Observe-se que todos os documentos antigos (Cartas de Sesmarias) afirmam que "em 1565 as terras da ribeira do Jaboação começaram a ser doadas, etc. "Portanto as terras já eram conhecidas como de Jaboação muito antes que nelas fossem fundados os primeiros engenhos de açúcar e, consequentemente, o primeiro núcleo populacional. Lógo - está claro e evidente - foi o rio que deu nome ao município.

2º) Quem daria nome ao rio?

Os cágados jabutís que há menos de três décadas atrás viviam, ás centenas, em suas águas ainda não poluídas por despejos venenosos sendo vistos estendidos sobre as pedras emersas de seu leito, nas horas mais quentes do dia, enrijecendo suas carapaças nos ardentes raios solares ou essa "árvore de caule linheiro" que nunca foi classificada por nunca ter sido encontrada? O próprio dr. Mario Melo, em seu relatório, afirma que procurou "por intermédio de pessoas do município desenho da planta que os indígenas conheceram, não sendo possível obte-la". Como uma planta que ninguém conheceu nem pode nunca ser identificada poderia dar nome ao rio e ao município? Lógico e verdadeiro, é se reconhecer que a origem verdadeira do toponimo Jaboação, é a do Bispo D. Luís da Silva Brito, filólogo e profundo conhecedor da lingua de nossos silvícolas. Por que essa prevenção contra a verdade histórica? É vergonhoso, por acaso, se aceitar Yaboaty-atam, cágado que anda devagar, como a verdadeira origem do toponimo Jaboação?

O fato das autoridades do município terem aceito a denominação Yapoatam, não nos causa surpresa, por que aqui é comum se aceitar muita coisa errada como verdadeira. Haja vista o fato de terem designado os conjuntos residenciais construídos no antigo engenho Cova de Onça, que pertenceu ao sr. Alfredo Barbosa Coelho, como Curado II, III e IV!

Curado I foi, realmente, construído no antigo engenho Curado onde hoje se erguem o cemitério Parque das Flores e o Quartel General do IV Exército. Esse engenho que pertenceu a Pedro da Cunha Andrade, um dos vultos históricos do 3º distrito de Cavaleiro, limitava-se ao norte com o engenho da Varzea, mas a oeste seus limites eram com o engenho S. Francisco e Cova de Onça onde foram edificados os conjuntos residenciais Curado II, III e IV! Seria vergonhoso chamar-se a esses conjuntos de Cova de Onça?

Mas como a maioria de nossos governantes não conhecem a verdadeira história do município, essas aberrações acontecem sem que as autoridades locais protestem nem esclareçam erros cometidos em nome do progresso e da evolução.

Vamos apontar outros equívocos lamentáveis ocorridos em nossa história. Quem escreveu sobre Jaboação, faz crer que no município só existem dois rios: o Jaboação, que nasce no engenho Pacas (sem precisar o local) em Vitória de Santo Antão e o Duas-Unas que nasce erradamente no engenho Pixaó, no município de São Lourenço quando, na realidade, o município do Jaboação possui mais sete rios e mais de vinte riachos integrando sua bacia hidrográfica! Isso eu tive de constatar, pesquisando in-loco, para saber uma verdade omitida por outras pessoas. Onde a verdadeira nascente e curso do rio Jaboação?



Aqui nasce o rio Jaboação, limite dos engenhos Pacas com Arandú de Cima, no município de Vitória de Santo Antão.

Comecei indagando na cidade ás pessoas que se dizem conhecedoras da história do município e ninguém soube me informar. Fui aos caçadores, aos motoristas de praça, ás pessoas mais idosas do município e nada consegui de concreto e real. Parti para Vitória de Santo Antão, fui á prefeitura, aos motoristas profissionais, a escola da Febem localizada no engenho Pacas. Ninguém sabia a nascente do rio!

Meio desiludido, depois da quinta viagem, voltava para casa quando avistei uma barraca á margem da estrada que conduz á fábrica de aguardente Pitú e como estava com sede, parei para tomar guaraná. Identificado por um lavrador que me conhecia que indagou o que eu estava fazendo, fui levado ao sítio do sr. Manoel Ribeiro do Nascimento, na divisa do engenho Pacas com o engenho Arandú de Cima e lá pude ver e fotografar a nascente do rio Jaboatão. Acompanhava-me, na ocasião, o prof. José Napoleão de Oliveira, o maestro Luiz Caetano e sua gentil consorte. Comuniquei o fato á diretoria do Instituto Histórico do Jaboatão, mantive contato com o secretário de educação do município e acompanhado de dois pedreiros e do material de construção necessário, á margem da estrada, levantamos um marco indicatório da nascente do rio Jaboatão, depois de autorizado pelo proprietário do sítio, sr. Manoel Ribeiro do Nascimento que, durante dois dias nos deu toda assistência e forneceu almoço a mim e aos trabalhadores! No dia 18 de maio de 1985 com regular número de assistentes, presentes o Secretário de Educação do Jaboatão, o Presidente do Instituto Histórico e vários colegas membros do mesmo Instituto, algumas pessoas convidadas especialmente para a solenidade, foi inaugurado o marco indicatório da nascente do rio Jaboatão que, desde essa época, deixou de ser uma incógnita.

Rio Duas-Unas! Por que esse rio tem esse nome?

Quem escreveu sobre Jaboatão não diz que o rio Duas-Unas é, na realidade, formado por dois rios um dos quais, erradamente, nasce no engenho Pixaó no município de São Lourenço e o outro tem origem nos confins do engenho Várzea do Una, em Bonança - antiga Tapera - sendo que o primeiro nasce, na realidade, no engenho Covas, passa em Pixaó, Pocinho, engenho do Mato despejando no açude de Camaçari. O segundo toma o rumo norte, penetra em terras dos engenhos Poço da Anta, Covas, Martinica (ai ele se bifurca indo um braço despejar no rio Tapacurá) Mato-Grosso, desce ao engenho Pixaó, passa no engenho Una, Pocinho, do Mato e em Camaçari junta-se ao outro Una formando o Duas-Unas. Nesse açude de Camaçari, despeja o riacho Santa Rosa, que nasce em Pixaó.

O rio Macujé, nasce na mata do Tundá, no sopé do morro da Macambira, divisa entre Jaboatão-Moreno e depois de percorrer vasta extensão de seu território engrossando o volume de suas águas com o despejo de alguns riachos, confluencia com o rio Jaboatão em terras da ex-usina Muribeca. Esse rio, estranhamente, muda de nome de acordo com os engenhos que atravessa: Macujé, Palmeiras, Mangaré (na Colonia dos Padres) e depois volta a ser Macujé. Por que? Achamos que ao prefeito do município ou ao Instituto Histórico do Jaboatão compete determinar por qual desses nomes ele deva ser identificado.

O rio São Salvador, que nasce em Tobé, passa por Cumarú, Gurjaú de Cima e de Baixo, Jacobina e São Brás desagua na represa de Gurjaú, fonte de abastecimento d'água da cidade do Recife.

Rio Caongo, nasce na mata dos Perdidos, passa no engenho das Moças e em Ponte dos Carvalhos, junta-se ao Pirapama.

Rio Morto, nasce no sopé do alto do Oitizeiro, banha vasta extensão do 29 distrito de Prazeres e depois confluencia com o rio Jaboatão.

Rio Pixaó (não fiz pesquisas nesse rio) é tributário do Duas-Unas e mais os rios Tejió e Jordão que servem de divisa entre Jaboatão-Recife.

Quem escreveu sobre Jaboatão omite a existência de mais de vinte riachos que entrecortam seu território, alguns dos quais com regular volume d'água: do Açude, Bom-Dia, Cachoeira do Pilão, Caraúna, Carnijó, Caxito, Colonia, Corisco, Cumbe, Jangadinha, Manassú, Mussaíba, Palmeiras, Pixaó, Prata, Preto, Roncador, Salgadinho, São Salvador, Tabatinga, Tejió-Mirim, Várzea dos Coelhos correndo suavemente entre doces vergeis e graciosos montes na estação de estio mas, na estação chuvosa, transbordam de seus leitos e violentos invadem as várzeas inundando planícies e baixios, ameaçando árvores e arbustos com suas águas turbulentas e amareladas.



Pesquisando o rio Jaboatão.

Foram nesses rios e riachos que homens, mulheres e crianças aprenderam a nadar, gente do povo e da aristocracia canavieira, em "banheiros" improvisados, usando diariamente a pureza de suas águas para retirarem as impurezas do corpo, o que "causava estranheza aos portugueses sujos e inimigos de banho do século XVIII". Foram nesses rios e riachos que entrecortam o território jaboatonense, alguns estreitando-se entre apertadas gargantas rochosas que se transformam em corredeiras perigosas, que se instalaram mecanismos complicados numa época em que a eletricidade, pouco conhecida e difundida, não era utilizada na movimentação de turbinas e moendas que esbagaçavam a cana extraíndo-lhe o caldo grosso, esverdeado, adocicado e nutriente que depois de cosinhado dava o açúcar branco e mascavo que tanta riqueza trouxe á capitania de Pernambuco sendo, ainda hoje, das principais riquezas do Estado.

Esses rios e riachos eram, outrora, bastante piscosos, mas as caldas das usinas e a pesca predatória feita com dinamites e cal virgem quase extinguiram sua fauna ictiológica que só existe em certos trechos de seus cursos não afetados pelos despejos venenosos. Esses resíduos industriais tiveram ação tão nefasta e destruidora que acabaram com os animais que viviam dentro d'água, inclusive os sapos, as rãs e as pererecas que habitavam suas margens. Os man-

gues do rio Jaboatão, em Pontezinha e Curcuranas, recebendo o influxo das marés, eram ricos em crustáceos, moluscos aquáticos e peixes que se desenvolviam nos canais da Ilha dos Amores e nos mangues litorâneos. Conta-se que quando trovejava, os decápodes saíam de suas tócas e, incertos, espalhavam-se pelos campos circunvisinhos, invadindo quintais e residências tão desorientados que se tornava fácil pega-los. Atualmente não são mais encontrados devido a alteração do PH das águas contaminadas por poluentes, principalmente os de origem química.

Quem escreveu sobre Jaboatão não fala de seus açudes - Camaçari, Jangadinha, S. Salvador, Entre-Rios, Conde Pereira Carneiro, etc. - nem sugere a possibilidade de transformá-los em viveiros com piscicultura desenvolvida, como acontece em outros municípios onde os prefeitos, através do Ministério da Agricultura, colocam milhares de alevinos para desenvolvimento de cardumes de boa rentabilidade financeira.

Quem escreveu sobre Jaboatão continua repetindo que no engenho Guarani existe um riacho que desaparece no meio de pedras, ressurgindo três quilômetros adiante. Baseado em Sebastião Galvão, eu mesmo repeti o fato no discurso proferido na Sessão Comemorativa do 29º aniversário de fundação do Instituto Histórico do Jaboatão até o dia em que quis ver de perto o fenômeno e foi aí que descobri não se tratar de um riacho e sim do próprio rio Jaboatão que no lugar chamado "sumidouro" desaparecia terra adentro. Só que as pedras pelas quais ele desaparecia não existiam mais tendo sido retiradas por uma indústria extrativa de pedras (pedreira) deixando seu curso livre e desobstruído. Informado que nas proximidades de Muribeca existe outro riacho que oferece o mesmo espetáculo, acompanhado do professor José Napoleão de Oliveira e pelo ferroviário Marciano Lopes da Silva para ali nos transportamos e tivemos a oportunidade de constatar a veracidade da informação. De fato, riacho que nasce de uma cacimba existente em terras do engenho Penanduba, provavelmente o riacho Roncador, desaparece no meio de umas pedras e, subterraneamente, ressurgem centenas de metros adiante.

Quem escreveu sobre Jaboatão não diz que seus antigos engenhos de açúcar transformaram-se em extensos latifúndios onde a maioria de suas terras são aproveitadas, apenas, para a monocultura da cana que, plantadas e colhidas, seguem para as usinas. Muitos desses engenhos estão arrendados as usinas Jaboatão e Bulhões não sobrando espaço para cultivo de lavoura, mesmo a de subsistência. O que resulta de tudo isso, é que o povo de Jaboatão passou a ser abastecido de produtos agrícolas vindos de outros municípios. Para constatar a veracidade de nossas palavras, o Leitor dê passeio dentro da feira e indague de onde vem o que está comprando! Os engenhos Camaçari, Cananduba, Canzanza, Capelinha, Caxito, Macujé, Manassú, Megaípe, Muribequinha, Mussaíba, Palmeiras, Covetas, Cumbe, Pedra Lavrada, Penanduba, Penandubinha, São Bartolomeu, São Salvador, Santa Rosa, Sucupema para citar apenas alguns, estão com suas safras arrendadas às usinas.

Quem escreveu sobre Jaboatão não se referiu a antigos e modernos núcleos residenciais como Bomba do Macaco, nas proximidades de Muribeca, Retiro Pequeno da Sucupira, Vila Enedina, Dois Carneiros, Zumbi do Pacheco e talvez, por serem mais recentes Curado II, III e IV todos do 3º distrito de Cavaleiro nem fala nas fazendas Sapé, Pedra Branca, no Jardim Belo Horizonte em Barra das Jangadas nem no conjunto residencial D. Helder Camara, em Piedade. Não se refere a Mussaíba-Agro-Industrial com agradável e luxuosa casa de campo com belas esculturas de louça mostrando lindos galgos sentados na grama que circunda a mansão.

Quem escreveu sobre Jaboatão não disse que por inexplicável excrescência administrativa, o cemitério do Pacheco, localizado em terras de Jaboatão, é administrado pela prefeitura do Recife! Por que?

Por comodismo ou por falta de interesse, a maioria dos jaboatonenses desconhecem sua terra e sua história. Residindo no município desde 1952 durante muitos e muitos anos limitei-me a andar no centro da cidade, des preocupado com a grandeza de suas terras e de sua história. Seu amplo território com 234 km² tão cheio de acontecimentos históricos da maior relevância para a nação, desde as incursões dos piratas e flibusteiros internacionais que assaltaram, depredaram, incendiaram, mataram e roubaram as populações até as célebres Batalhas dos Guararapes, berço da nacionalidade e do glorioso Exército Brasileiro, era praticamente desconhecido por mim. Não é estranho que o muribequense Bernardo Vieira de Melo, intemerato vencedor dos Palmares e o primeiro brasileiro a dar grito de república e independência pátria, 79 anos antes da Conjuração Mineira, nunca tenha sido homenageado pelo povo e autoridades jaboatonenses, embora Olinda e seu povo todos os anos festeje o dia 10 de novembro consagrando-o como seu principal feriado municipal? São poucos os que já ouviram declamar ou leram versos de José Natividade Saldanha, poeta insigne e curioso vulto de nossa história por sua coragem, bravura e espírito galhofeiro. Será que nas escolas sediadas no município alguém já ensinou que o único brasileiro a governar seis províncias (estados) e ser ministro três vezes, foi o jaboatonense Antonio Coêlho Sá e Albuquerque? Qual o estudante desta terra que conhece o acontecimento histórico envolvendo o capitão Luiz Barbalho Bezerra e o major Pedro Correia da Gama? Por que, até agora, os fundadores de Jaboatão (Bento Luís de Figueiroa e D. Maria Feijó) não foram perpetuados no bronze de uma estátua colocada na praça principal da cidade?

A pesar da privilegiada arrecadação financeira (segunda dentro do Estado) os governadores de Jaboatão têm sido de uma avareza injustificável no homenagear seus vultos históricos. Basta dizer que a única e merecida estátua existente dentro do município, é um busto do sempre pranteado Dr. Luiz Regueira Carneiro da Cunha, ex-Juiz de Direito da Comarca feito por um escultor cujo nome não procurei saber, uma vez que o busto não se parece com o homenageado. Em nenhum orçamento votado e aprovado até a presente data, foi destinada verba para se colocar numa praça, estátua de notável vulto jaboatonense perpetuando para a posteridade seu nome e seu valor.

Aqui os escultores morreriam de fome por falta de quem valorize o trabalho que realizam.

No pavimento superior da prefeitura local, foram colocados alguns retratos (poucos) dos prefeitos que já governaram o município e na Câmara Municipal dos Vereadores existem fotografias de representantes do povo que presidiram àquela casa legislativa. Por que não se faz uma galeria de todos os governantes e legisladores desta terra? A despesa com o retrato dos mortos correria por conta da municipalidade, caso a família não quizesse ou pudesse financiar o mesmo; os vivos, porém, tratariam, cada um, de seu próprio caso. Aqui fica a sugestão a quem de direito.

Situado na zona fisiográfica do litoral e mata, visinho à capital do Estado, Jaboatão dista 18 quilômetros em linha reta do marco 0º e se encontra dentro das coordenadas geográficas de 8º,07',00" de latitude sul e 35º,01',10" de longitude a oeste de Greenwich fazendo parte da região metropolitana do Grande Recife de acordo com a Lei Complementar nº 14 de 8 de junho de 1973, sancionada pelo Presidente da República, Gal. Emílio Garrastazú Médice. É cortado por duas rodovias-tronco federais em regular estado de

conservação, pavimentadas e com trânsito intensivo: BR/101, a rodovia do litoral que penetra no município no 2º distrito de Prazeres, na direção norte-sul do Brasil e a BR/232 que conduz ao Interior, no rumo leste-oeste, passando pelo 3º distrito de Cavaleiro e próxima a sede do município, no bairro de Santo Aleixo. A PE/7 que liga o bairro da Sucupira ao município do Recife e se estende até Moreno com os quais Jaboatão faz limites, foi durante muitos anos estrada de intenso tráfego para o interior do Estado até que o governo federal construiu a BR/232. Possui, ainda, algumas estradas de interligação suburbana e distritais onde, outrora, existiam simples trilhas sinuosas abertas nas capoeiras pelos cascos dos animais e pelos pés descalços dos trabalhadores dos campos. Esses caminhos rústicos que interligavam os poucos núcleos residenciais existentes na época de seu povoamento e por onde transitavam carros de bois, transformaram-se em largas estradas, algumas pavimentadas, por onde circulam velozes veículos automotores transportando passageiros e cargas que vêm e vão para os municípios com os quais faz limites: ao leste, o oceano Atlântico e o município do Recife; ao norte, com o Recife e São Lourenço; ao oeste, com o município do Moreno e ao sul, com o município do Cabo, de acordo com o que ficou determinado pelo Decreto nº 2.503 de 19 de junho de 1940 que estabelece o seguinte:

“O Interventor de Pernambuco, no uso de suas atribuições;

“Considerando que o Decreto-Lei nº 235 de 09 de dezembro de 1938, no artigo 2º, permite alterações das linhas divisórias municipais, quando forem as mesmas necessárias como conexão ou ato interpretativo das linhas descritas no anexo 2 do referido decreto;”

“Considerando que a comissão de Divisão Administrativa acompanhou os serviços dos mapas municipais, aprovando, ainda, as modificações julgadas necessárias para correção dos limites estabelecidos, por aquele decreto;

“Considerando que o Diretório Regional de Geografia recebeu os mapas municipais em vista de estarem os mesmos de acordo com a determinação da Resolução nº 54 de 18 de dezembro de 1939, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia que interpretou e modificou o art. 1º da Resolução nº 60 de 22 de julho de 1939 da Assembléia Nacional daquele Conselho, sendo suas cópias encaminhadas ao Rio de Janeiro:

RESOLVE:

“Art. Único: O anexo nº 2 do decreto 235 de 09 de dezembro de 1938 passa a ter, na parte tocante as divisões distritais e limites municipais, a seguinte redação:

Município do Jaboatão

com o município do Recife.

“A partir da orla marítima, no ponto em que a mesma é encontrada por uma reta com 31900 SE verdadeiro tirada do marco de alvenaria com a inscrição JR na face norte a 135 metros da praia, segue pela referida reta na direção 31900 NO verdadeiro até encontrar o rio Jordão; sobe por este até o centro da terceira lagoa; daí por uma reta para o centro da chamada segunda lagoa; daí por outra reta para o centro da primeira lagoa; daí para o centro da depressão conhecida como Cacimba do Urubú; daí por outra reta para o centro do Barranco Branco; daí por outra reta para o marco de concreto armado do Serviço Geodésico, situado no Alto do Céu; daí por outra reta á foz do riacho Jangadinha, no Tejipió; sobe por este até a foz do riacho Tejipió-mirim, no Tejipió.

Município do Jaboatão

com o município de São Lourenço.

“A partir da foz do Tejipió-mirim, no Tejipió, segue por uma reta para o centro do açude de Camassarí; daí por outra reta para a confluência dos rios Pixaó e Duas-Unas.

Município do Jaboatão

com o Oceano Atlântico.

“A partir do ponto em que uma reta de 31900 NO tirada do marco de alvenaria situado a 135 metros da praia, com a inscrição JR na face norte, segue pela orla marítima até a foz do rio Jaboatão.

Município do Jaboatão

com o município do Moreno.

“A partir da confluência do Pixaó e Duas-Unas, segue por uma reta para o morro da Macambira; daí por outra reta para a foz do riacho S. Salvador, no rio S. Salvador.

Município do Jaboatão

com o município do Cabo.

“A partir da foz do rio Jaboatão, no oceano, sobe o Jaboatão até sua confluência com o rio Pirapama; daí por uma reta para o alto do Oitizeiro, de cujo sopé nasce o rio Morto; desce pelo rio Morto até sua foz no rio Jaboatão, desce pelo rio Jaboatão até a foz do rio Caongo, sobe por este á sua nascente; daí por uma reta para o ponto mais próximo do riacho Salvador ou Tabatinga; desce este até sua foz no rio São Salvador”.

A) Agamemnon Magalhães

Apolonio Sales.

Com a cópia desta lei nas mãos, tentei percorrer os limites do município, a partir de suas praias e não consegui meu intento, in totum, por várias razões: o marco de alvenaria com a inscrição JR na face norte e que deveria se encontrar a 135 metros da orla marítima, já não existe há mais de vinte anos e nenhum prefeito, quer de Jaboatão ou de Recife, se dispôs a reconstituí-lo. O ponto de referência passou a ser a casa nº 420 da avenida Bernardo Vieira de Melo, na praia da Piedade e como foi difícil percorrer a linha de contorno do município seguindo a baixada dos Montes Guararapes com espaço ocupado por casas construídas até o rio Jordão; daí subindo morros, caminhando até o Jordão á procura das três lagoas debaixo dos olhares curiosos das pessoas que me olhavam surpresas e desconfiadas ao me verem caminhar por dentro dos altos capinzais! O marco geodésico do alto do Céu, em Cavaleiro, não existe mais assim como não existe o marco da rua 7 de setembro no mesmo distrito.

Quando prefeito de Jaboatão, pela primeira vez, o dr. Fagundes de Menezes mandou pavimentar a rua 7 de Setembro, em Cavaleiro, e o marco que servia de divisa entre Jaboatão-Recife ficou meio soterrado pelo calçamento, um caminhão carregado de madeira que por ali transitou, acabou de enfiá-lo terra adentro, fazendo-o desaparecer.

Da confluência do Tejipió-mirim em direção ao oeste não existe trilha, picada, ou quaisquer outros tipos de caminhos que nos leve ao açude de Camaçari, atualmente inundado pela barragem feita pela Comesa no rio Duas-Unas. Por sua vez, partindo-se da confluência do rio Jaboatão com o rio Pirapama, na divisa com o município do Cabo, não existe caminho que conduza ao Alto do Oitizeiro que só pode ser alcançado em sentido inverso, isto é, de oeste para leste indo-se por Muribeca ou pelo engenho S. Salvador depois de se atravessar largo trecho alagado. Como foi difícil identificar os

rios Morto e Caongo numa região onde não se encontra ninguém, nem casas nem pessoas!

Dedicado à pesca submarina há quase trinta anos, fiz pesquisas nas praias do município e pude constatar e anotar algumas cousas importantes. Partindo do início de seu litoral, que começa na casa nº 420 da avenida Bernardo Vieira de Melo, na praia da Piedade, o mar é pouco profundo e tem paralela à costa extensa cadeia de arrecifes que protegem a plataforma costeira da violência das ondas com cerca de quatro e meio quilômetros de extensão até a foz do rio Jaboatão, em Barra das Jangadas. Ao longo de suas quatro praias (N.Sra. da Piedade, Venda-Grande, N.Sra. das Candeias e Barra das Jangadas) a água é tépida e agradável e em distâncias variáveis, os arrecifes de arenitos e pegmatitos que recebem o vai-vem das ondas que arrebatam sobre eles em impactos violentos, tornaram-se depósitos naturais de globigerinas, radiolários, diatomácias e pterópodes além de congregarem numerosas quantidades de algas pardas ou feofitas cujas células providas de uma carapaça silicosa fornecem, ao mar, regular quantidade de iôdo e potássio, o que torna suas águas mais salubres. É que o iôdo estimula o funcionamento da glândula tireóide que, por sua vez, estimula o funcionamento de outras glândulas de secreção interna trazendo agradável sensação de bem-estar ao indivíduo. Das "folhas" dessas algas, extrai-se uma substância coloidal, a alginina, muito utilizada na fabricação de cosméticos. Já tive oportunidade de ver algumas mulheres tranquilamente deitadas nas finas e fofas areias da beira-mar usando "máscaras de beleza" feitas com essas algas marinhas, assim como grupos de japoneses apanhando sargaços comestíveis que o brasileiro não sabe usar nem aproveitar em sua cozinha.

De um modo geral, as águas que banham as praias jaboatonenses abrigam, em seu seio, numerosas espécies da ictiofauna brasileira e que vão dos cinidários aos protozoários marinhos, dos gasterópodes aos lamelibranquios e cefalópodes, dos anfípodes aos decápodes, dos peixes ciclóstomos aos selacianos e teleósteos. Rumo ao sul, em direção a foz do rio Jaboatão, a cadeia de arrecifes tem pouca altura e as ondas são volumosas até defronte à igreja de N. Sra. da Piedade; daí até a embocadura do rio, os arrecifes são mais elevados e o impacto das ondas se faz de maneira mais branda.

Para evitar a destruição da avenida beira mar, dois prefeitos de Jaboatão (dr. Anibal Varejão e Humberto Lins Barradas) fizeram enrocamento de pedras no trecho entre o hospital da Aeronáutica e a igreja de Piedade e é justamente nesse trecho que a plataforma costeira se apresenta mais horizontal e dependendo da altura da maré, a praia apresenta maior largura, prestado-se ao jogo de bola. Em alguns pontos da praia se encontram jangadas ancoradas escorrendo a água acumulada em seus páus ou enxugando suas velas depois de terem enfrentado a dureza de uma pescaria cujos resultados nem sempre são satisfatórios.

É que o sistema de pesca artesanal ainda é o mais usado pelos pescadores da orla marítima do Jaboatão e de quase todo nordeste brasileiro e a principal embarcação usada, continua sendo a jangada, apesar de seu pequeno raio de ação e de duração que é, em média, de catorze meses depois dos quais os páus começam a apodrecer não oferecendo muita segurança ao seu ocupante que se aventura ir ao alto mar em busca dos meios de sobrevivência para si e seus familiares. Pequenas barcas de madeira, com maior raio de ação, ancoradas na praia de Venda-Grande, em frente ao balneário do SESC estão sendo hodiernamente utilizadas pelos pescadores principalmente na pesca da lagosta. Perto dali fica o Yatch-Club de Venda-Grande sendo comum, principalmente aos domingos, se encontrar snipes de velas coloridas que desli-

zam nas ondas moderadas no sentido norte-sul e vice-versa conduzindo álacres grupos de banhistas que alegram o ambiente com suas risadas espontâneas principalmente quando cruzam com modernas pranchas aquáticas (wind-surf) que velejam rapidamente ao longo da praia quase sempre conduzindo um casal, ele de pé segurando a vela e dando direção a embarcação, ela deitada de bruços, deixando-se conduzir confiantemente através o salso-elemento.

A falta de pesquisas oceanográficas para localização de pesqueiros que, em nosso Estado, é feita, em parte, pelas equipes de pesca submarina que guardam para si os que conseguem localizar não revelando aos outros colegas seus locais, com receio de competição nos campeonatos promovidos; a inexistência de frigoríficos utilizáveis que protejam os peixes chamados de "água quente" que se deterioram rapidamente; a falta de industrialização do pescado no ramo da conserva, defumação e enlatamento; a salga e a secagem em condições convenientes e, enfim, o sistema obsoleto de pesca com linha e anzol por falta de equipamento moderno e mais adequado, faz dessa atividade uma profissão pouco rentável que desestimula o pescador jaboatonense. Para o pescador-amador qualquer peixe que consiga fisgar, mesmo que seja uma pequena salema, constitui-se motivo de plena satisfação, mas para o pescador-profissional é desestimulante entrar no mar de madrugada avançando algumas milhas oceano adentro e voltar à tardinha com meia dúzia de peixes pequenos e insignificantes que de forma alguma compensa o esforço feito. É bem verdade que a pequena produção pesqueira conseguida na labuta diária, é rapidamente absorvida pelos restaurantes da orla marítima e pelos ricos moradores das praias que se tornam fregueses permanentes dos jangadeiros que antes de aportarem à beira-mar já têm a quem vender o produto.

Suas quatro praias, dependendo do local e da distância que se entre mar adentro, se presta a todo tipo de pescaria e de pesquisa marítima, principalmente nas bordas dos arrecifes submersos onde se desenvolvem colônias de fitoplactons que servem de alimento a variadas espécies de peixes de cavidades abdominais grandes como a tainha, o méro, o pargo, etc. Os peixes que se alimentam de zooplactons e que têm cavidade abdominal pequena, são encontrados fóra dos arrecifes, preferencialmente, embora muitos deles, no verão, entrem nos arrecifes aproximando-se da praia.

Nos arrecifes que ficam defronte do bar redondo, em Piedade, encontram-se lagostins, polvos e lulas sendo comum, pelo canal que dá acesso ao mar alto, entrarem pequenos tubarões que assustam deveras os temerosos banhistas. Atravessando-se o trecho de mar defronte do balneário do SESC e chegando-se ao seu maciço rochoso 300 metros adiante, vão-se encontrar várias conchas coloridas - bivaldes e univaldes - atração irresistível para os colecionadores, além de regular quantidade e variedade de peixes teleósteos, de tamanhos médios e pequenos. Mais adiante, já na praia de Candeias, ressurgem os lagostins escondidos nas lócas de pedras, corpos parcialmente ocultos aos olhos dos leigos que não conseguem divisa-los no meio dos sargaços.

Na praia de Barra das Jangadas predominam os peixes euritermos - eurihalinos e as conchas bivaldes dos mariscos, ostras e mexilhões comestíveis açoítadas por um mar violento e pouco profundo.

Aliás as praias de Jaboatão estão localizadas em extensa planície pouco profunda com formação arenítica de coloração clara e mar relativamente calmo, exceto na foz do rio Jaboatão onde as ondas se elevam em macarés de, até, três metros de altura arrebatando com fúria numa praia que estava sendo absorvida pelo mar até que colocaram grandes blocos de pedras para evitar a erosão. Apesar disso a foz do rio forma, no oceano, "pequeno delta que se constitui em belo ornamento paisagístico".



Pesquisando os sistemas pelágico e bentônico das praias de Jaboatão.

Para melhor pesquisar o rio, comprei pequeno barco com motor de popa e comecei a subir seu curso em direção ao oeste encontrando formidável tremedal coberto pelo verde vivo dos mangues que chegam a alcançar quatro metros de altura e têm suas raízes profundamente fincadas no lamaçal onde se reproduziam, aos milhares, várias espécies de saborosos crustáceos: guaiamús, caranguejos, aratús, ostras, mariscos, exterminados pelos resíduos industriais despejados nas águas do rio Jaboatão e do rio Pirapama! Algumas ilhotas desabitadas, de baixo nível de altitude, cobertas d'água nas enchentes das marés, formam canais mortos, sem correnteza, onde proliferam e se desenvolvem variadas espécies de peixes e de crustáceos, inclusive na ilha dos Amores de frente da praia do Paiva. O rio Pirapama possui água de coloração diferente da do rio Jaboatão e em muito menor escala reproduz o fenômeno do "encontro das águas" verificado em Manaus, entre os rios Negro e Solimões, ponto de atração turística do Amazonas.



Neste barco de duralumínio, com motor Haupt de 7,5 HP, fazemos pesquisas no rio Jaboatão, assinalando suas pontes, barragens, pontos de poluição, vegetação ribeirinha, etc., inclusive as terras dos engenhos que atravessamos.

Em direção ao ocaso e a poucos metros da praia, começavam os coqueirais e as capoeiras repletas de frondosas mangueiras, esgalhados cajueiros e hospitaleiras mangabeiras cujos frutos saborosos amadureciam na época do estío, convidando gentes e aves a saboreá-los com gulodice, a maioria derrubadas pelo machado implacável para darem lugar a residências de refinado bom-gosto.

Observou Lapparent que a partir do Devoniano, o Brasil não sofreu, em seu território, nenhuma convulsão geológica capaz de gerar montanhas ou introduzir modificações em seu relevo. Assim o sólo de Jaboatão, apesar de acidentado em alguns trechos, não sofreu enrugamentos nem possui sinais de vulcanismo à semelhança do que ocorreu na porção ocidental da América do Sul com o aparecimento da Cordilheira dos Andes.

Possue terrenos sedimentários acumulados sobre lençóis calcáreos de idáreo cestacea e cocenas sob o aspecto de colunas areníticas da era terciária - Cidade, Cavaleiro, Muribeca e parte de Prazeres - e sob feição de planície ainda em formação - praias, Cajueiro Sêco, Massaranduba, Curcuranas. Poucos quilômetros além de seu litoral, já em terreno de massapé amarelo ou vermelho, cobrindo o sólo dos vales e dos montes do 2º distrito, a mata exuberante onde se encontrava variada flora constituída, em parte, de árvores de rara beleza: os cachos vermelhos e amarelos das acácias contrastando com a floração roxa do angelim, a beleza cor de rosa dos páudarcos de mistura com os vinháticos e as massarandubas abrigando em seu seio várias espécies de animais afugentados das plagas jaboatonenses pela ação predatória dos caçadores que munidos de modernas espingardas de cartucho dizimaram, de maneira cruel, os animais de nossas plagas.

Parte dessas matas foram destruídas durante o período colonial quando começou a se difundir a monocultura da cana de açúcar e Perriambuco, com seu sólo de massapé, ótimo para produzir grandes quantidades do produto disputado pelos nobres europeus teve as suas matas e capoeiras destruídas numa derrubada indiscriminada ano, após ano, na ânsia de um produto de lucro imediato e certo. O terrível mal da derrubada das matas não se restringe, apenas, no desaparecimento de árvores valiosas na indústria civil e naval, mas na falta de aproveitamento de vegetais de reconhecido valor medicinal e no desaparecimento dos lençóis d'água existentes no sub-sólo e que deixa, com o decorrer dos anos, a terra seca, aumentando a área desértica.

'Deus pôs o Homem na Terra para trabalhá-la e não para saqueá-la', diz a Bíblia Sagrada.

Apezar disso e por uma razão ainda não devidamente estudada, aqui em Jaboatão, a natureza vem recuperando a antiga fertilidade do sólo que é rico e produtivo talvez devido sua regular precipitação pluviométrica que é, em média, de 1.600mm ao ano, não deixando secarem seus rios e riachos que são perenes, mesmo no verão mais rigoroso.

Suas principais elevações são as seguintes: morro da Macambira, na divisa entre Jaboatão-Moreno, da Béla-Vista, Boa Esperança, Macaíba, Fábrica União, Cascata, Manoel de Sena, Santo Amaro, Rocha Negra, Santo Aleixo, Caipora, Mundo-Novo no 1º distrito; altos do Pacheco, Sta. Terezinha, Sucupira, Cristo-Redentor, do Céu, Dois e Três Carneiros no 3º distrito de Cavaleiro; alto do Jordão, de onde se avista parte da cidade do Recife - espetáculo grandioso se visto à noite, principalmente - os Montes Guararapes onde se travaram as duas célebres Batalhas dos Guararapes, alto do Oitizeiro e alguns montes ainda não batizados, no 2º distrito de Prazeres, isto por que suas terras mais baixas ficam na parte oriental do município, nas planícies costeiras, de origem sedimentar com praias e alagados que caracterizam

a região desde os seus limites com o município do Recife, nas proximidades do aeroporto dos Guararapes até o povoado de Curcuranas na divisa do município com o Cabo.

No resto do território uma argila vermelha e, às vezes, de cores diferentes constitui a massa que forma suas terras com algumas formações rochosas do período magmático de onde se extraem pedras, paralelepípedos e meios-fios para construção de casas, edifícios e calçamento de ruas e avenidas da região metropolitana do Grande Recife. Aliás as pedreiras que fornecem material para alguns municípios vizinhos, estão encravadas em Jaboatão mas como não existem estradas para escoamento de sua produção dentro do município, os caminhões transitam por estradas abertas pelo município do Cabo, cuja prefeitura se beneficia, cobrando os impostos. Será a isto que chamam evasão de renda?

A temperatura média do município é de 31º C. e a mínima é de 22º C. Portanto o município está sob o domínio do clima tropical, com médias térmicas assinaladas e que justificaria boa produção agrícola se seus campos fossem melhor aproveitados com plantações mais variadas.

Em 1969 foram registradas as seguintes observações climatéricas: médias das máximas - 29,3º C. com a temperatura de 32,6º C. ocorrida a 10 de fevereiro; média das mínimas: 22,3º C. tendo sido a mínima absoluta de 17,4º C. registrada no dia 20 de agosto.

A população jaboatonense, como aliás a do Brasil, é constituída de brancos, índios, pretos, mulatos e cafusos predominando os mulatos como resultado do cruzamento das duas raças branca e preta que começou com a colonização brasileira. No princípio foram os marinheiros portugueses que levados pela solidão dos mares, desembarcaram na terra hospitaleira habitada por selvagens nus, caindo em cima das fêmeas com requintes de pura libidinagem, com o sensualismo de homens ardentes obrigados a uma continência forçada durante meses seguidos de travessia aquática, sem amor ou sentimento d'alma, gerando mestiços que herdariam as mesmas tendências genésicas de seus genitores. O branco foi recebido com honras e tratado como um semi-deus e as mulheres indígenas consideravam honroso terem filhos deles.

Dominando Angola e Moçambique, os portugueses não tiveram o menor escrúpulo em se misturarem às mulheres negras da África trazidas para o Brasil como escravas e longe dos olhos vigilantes da família e das autoridades, principalmente às eclesiásticas, acharam, aqui, o paraíso sexual tantas vezes sonhado e aproveitado o regime de escravidão e a passiva submissão das negras fedorentas mas de formas sensuais, arredondadas e voluptuosas, compraziam-se em deflorarem às virgens pretas na escuridão das senzalas ou debaixo das árvores copadas, multiplicando a população mulata que se tornaria a mais numerosa do Brasil, chegando a predominar em alguns estados do norte e nordeste. A total falta de escrúpulo dos portugueses em se misturarem às mulheres de outras raças, talvez tenha raízes em dois fatores ainda não bem equacionados: sua ardente lubricidade, difícil de controlar numa gente animalizada e propensa aos atos bestializados e ao péssimo exemplo dado pelos árabes polígamos durante o longo período em que dominaram parte da Europa, levando os portugueses a manterem contatos sexuais com as escuras mulheres da raça semita. Daí, talvez, o costume que tinham alguns senhores de engenho e seus filhos o acharem natural fornicarem com as negras do engenho, em contatos lascivos e miscigenados.

Essas relações sexuais no começo da colonização brasileira gerou grupos étnicos bem diferentes sendo comum se encontrar em Jaboatão, como no Brasil, tipos raciais difíceis de se caracterizar. São pessoas de pele

clara com cabelos enroscados (pixaim) de negro; pessoas de pele escura mas de cabelo bom, liso ou ligeiramente ondulado; sararás de pele acobreada e cabelo louro, enroscado, constituindo uma sociedade etnicamente heterogênea onde todos vivem na mais perfeita harmonia por não se importarem com as origens étnicas nem genealógicas de seus companheiros.

O povo jaboatonense não se congrega nem se reúne na defesa da coletividade, mostrando-se indiferente e apático perante certos movimentos que tendem a prejudicá-lo. Sem aspirações comuns e sem ideais elevados, tem pouco amor a terra onde vive. Nesses trinta anos de convivência com seu povo, nunca assisti movimento de interesse coletivo em defesa da grandeza da terra, que a maioria desconhece. Em certas épocas fez-se greves - dos ferroviários, dos camponeses, dos professores, dos trabalhadores da Fábrica de Papel, etc. - mas eram movimentos paredistas interessando, apenas, a determinada classe talvez por falta de um líder autêntico que oriente o povo e por quem seja seguido.

Considerando-me jaboatonense pelos laços afetivos que me une ao seu povo e a sua terra, senti despertar dentro de mim esse amor pela terra que hospitaleiramente me acolheu proporcionando-me emprego e meios de honesta sobrevivência. Aqui me radiquei, casei, constituí família e fiz inúmeras amizades que muito me honram e contribuíram para solidificar minha vida comunitária e social. Participando ativamente de quase todos os eventos que contribuíram para formação de uma imagem mais viva e dinâmica de sua história, impulsionado por esse sentimento de solidariedade humana que a filialidade desperta em nossos corações, procurei, sempre, conviver patrioticamente lutando na formação de significativo número de jovens jaboatonenses que foram meus alunos no Centro de Formação Profissional da RFN, Escola Rodolfo Aureliano, Colégio Pe. Chromacio Leão, Escola Nestor de Moura.

Imbuído desse sentimento, nunca pude me conformar com a idéia de ver Jaboatão com seu território retalhado, sua economia destruída e sua história mediocrizada.

Sei que algumas pessoas vão discordar dessa minha opinião, mas há muito tempo que ouço e vejo políticos tentando desmembrar Jaboatão sem que seu povo tome qualquer atitude em defesa da homogeneidade de seu território e de sua história. Nesta apresentação do livro que você tem em suas mãos, vou tentar expor meu pensamento sobre tão momentoso assunto: a cousa começou quando, em 18 de maio de 1884, através da Lei-Provincial nº 1805, Muribeca teve predicamento de vila e município dando-se sua instalação a 8 de setembro do mesmo ano no Consistório da Igreja-Matriz de Nossa Senhora do Rosário, sendo essa condição suprimida pela Lei-Estadual nº 338 de 7 de julho de 1890 quando voltou a pertencer a Jaboatão. Isso quer dizer que há mais de cem anos que políticos tentam desmembrar Jaboatão!

Em 1957, o então deputado estadual dr. Mocir Sales, apresentou projeto-de-lei criando o município da Boa-Viagem compreendendo as praias do Pina, Boa-Viagem, Piedade, Venda-Grande, Candeias e Barra das Jangadas, as quatro últimas pertencentes ao município do Jaboatão, sendo preciso que um grupo de pessoas interessadas na homogeneidade do município fosse falar com o governador Gal. Cordeiro de Farias para que esse projeto fosse retirado de pauta.

A 20 de dezembro de 1963, pela Lei-Estadual nº 4992, o distrito de Cavaleiro foi elevado a categoria de município, ato declarado nulo logo depois uma vez que o mesmo grupo atento e vigilante se interpôs evitando a retalha-

ção de Jaboatão.

Desinteressado pelas cousas relacionadas com sua terra, o povo jaboatense nunca manifestou seus reais sentimentos diante desses movimentos de pseud emancipação política, repudiando ou aprovando esses atos de exclusiva iniciativa de deputados que pretendem, com isso, tirarem proveitos pessoais em detrimento dos interesses coletivos do próprio povo. Agora, novamente, tentam fazer a mesma coisa por simples divergência política entre aqueles que se julgam donos de Jaboatão - como se isso aqui fosse sua propriedade e dela pudesse dispor a vontade - sem dar nenhuma satisfação ao povo que é, na realidade, o verdadeiro dono do município através de sua vontade livre e soberana.

Vamos tentar dar, ao leitor, idéia do que está se passando.

Em 1937, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividiu os 234 km² do município em duas partes iguais: 117 km² para Jaboatão-sede e 117 km² para Prazeres uma vez que, na época, só existiam dois distritos em Jaboatão.

Em 1948, o prefeito dr. Manoel Rodrigues Calheiros criou o 3º distrito de Cavaleiro com 18 km² de área territorial, desmembrados do distrito-sede, tendo sua instalação se verificado a 13 de novembro de 1952 no governo do sr. Humberto Lins Barradas e seu primeiro sub-prefeito foi o sr. Teofilo Pereira de Lima. Com essa divisão legal, Prazeres ficou com 117 km² de área territorial; Jaboatão-sede com 99 km² e Cavaleiro com 18 km².

Quando Vicente Alberto Canicio foi prefeito, concedeu incentivos fiscais com isenção de dez anos de impostos para as indústrias que se localizassem aqui. Com o falecimento do dr. Julio Maranhão, a usina Muribeca foi desativada e suas terras postas á venda. Grupos empresariais interessados, montaram fábricas em Prazeres, o mesmo ocorrendo com Cavaleiro nas terras dos engenhos S Francisco e Cova de Onça. Hoje, Jaboatão conta com 174 indústrias pagando ICM ao município que, a partir de 1977, passou a ser o segundo, dentro do Estado, em arrecadação tributária.

Historicamente Jaboatão não é um município comum, igual a muitos dos quais nem se ouve falar. Foi em terras de Jaboatão que se deram as célebres Batalhas dos Guararapes; filhos de Jaboatão fizeram a história de Pernambuco e do Brasil, quando pela primeira vez se deu o grito de república, 79 anos antes da Conjuração Mineira; aqui em Jaboatão nasceram, entre outros vultos notáveis, Bernardo Vieira de Melo o intemerato vencedor dos Palmares e Antonio Coelho Sá e Albuquerque, único brasileiro a governar seis províncias e ser ministro três vezes!

Se esse plano de desmembramento se concretizar, Jaboatão terá seu território extremamente reduzido (234 km² para 99 km²) sua economia desbaratada (ICM de 174 indústrias para ICM de 6 indústrias, apenas!) e sua história será mediocrizada uma vez que a maioria das pessoas notáveis do município nasceram e conviveram, quase todas, nos engenhos do 2º distrito de Prazeres. E os seus lugares históricos como Guararapes, Candeias, Muribeca, Engenho Novo, Megaípe?

Onde está seu povo, para lutar pelo que é seu? Vamos permitir que isso aconteça sem nenhum protesto? Jaboatão, por acaso, pertence ao cidadão que quer desmembrá-lo como se fosse propriedade sua, sem dar nenhuma satisfação ao povo que o elegeu para defender os seus interesses e não para prejudicá-lo nesses mesmos interesses?

Caro Leitor. Volte a visitar a gruta da Macambira dentro da qual cabem mais de vinte pessoas e onde um cavaleiro montado pode entrar facilmente; existe a Basílica de N. Sra. Auxiliadora majestosamente erigida sobre um

monólito de 36,50 m de comprimento por 22 m de largura e 11 m. de altura e saiba, mais uma vez, que as indulgências, privilégios e graças espirituais nela concedidas se equivalem às que são concedidas pelo Santo Padre na Basílica Vaticana de Roma; visite pela última vez a gruta de N. Sra. de Lourdes na Colônia dos Padres Salesianos, converse com alguns seminaristas que ali estudam para seguirem a vida monástica; percorra suas plagas de extradiordinárias belezas panorâmicas; banhe-se em alguns de seus rios e riachos cheios de curvas suaves e cujas águas refrescantes deslizam sobre leitos pedregosos, uns, arenosos, outros; veja pela última vez a beleza de seus canaviais sussurrantes ao sopro suave dos zéfiros; compareça as suas buates - as mais frequentadas de nosso litoral - e sinta o sabor gostoso da tripa assada, da lagosta gelada, do peixe a escabeche, do churrasco gaúcho, do feijão verde com carne de sol, o camarão de côco e o sururú á milanese acompanhados de deliciosas "batidas" de limão, maracujá, abacaxi, tamarindo, cajá, imbú, pitanga ou beba uma "loura suada", refrescante nesse clima tropical por que talvez essa seja a última vez que você faz isso em terras do município do Jaboatão que está ameaçado de perder tudo isso com o infausto projeto de seu desmembramento.

Saia as ruas da cidade e procure conversar com pessoas gradas que ainda hoje residem dentro do Jaboatão, mas que dentro de pouco tempo estará residindo no município de Cavaleiro ou dos Guararapes, graças a essa traição inominável! Identifique Irapuan Caeté, teatrólogo de valor; procure conhecer Nina de Oliveira, pianista e autora da música do Hino de Jaboatão; procure ouvir a voz educada, lírica, suave de Lauraci Benevides que tanto contribuiu para vitória de Jaboatão no "Campeonato das Cidades" promovido pelo canal-2 da Rádio Jomal do Comércio, hoje TV Bandeirantes; procure ouvir seus seresteiros como Kilzo da Silveira e Jurandir Menezes; procure saber de seus poetas (Benedito Cunha Melo, autor da letra do Hino de Jaboatão, Eneas Alves, Alberto Cunha Melo, dr. Alberes Cunha) procure seus jornalistas (dr. Eliezer Figueiroa, Van-Hoeven Veloso) seus escritores, seus caricaturistas; ouça os violões, os banjos, os cavaquinhos, as escaletas, os pianos, os violinos, os saxofones, os acordeões de dezenas e dezenas de excelentes músicos, alguns vindos da famosa banda de música do Pe. Chromacio Leão; procure o excelente poeta-vaqueiro José Gomes, autor de Mussambê, e peça para ele lhe recitar uma poesia de incomum brasilidade e autentico pernambucanismo:

Quando eu soube que um buraco
na pedra, é um Pernambuco
Lembrei-me que na Judeia
São José de Arimatéa
Cavou na pedra um sepulcro
Depois teve o gesto pulcro
deu-o a Cristo Soberano
E se um buraco na pedra
tem o nome de Pernambuco
Jesus Cristo em seu sepulcro
Também foi pernambucano

Procure toda essa gente que faz a história do município e indague se foi consultada ou se está de acordo com o desmembramento de Jaboatão é bem possível que alguns concordem, mas tenho a impressão de que a maioria quer um Jaboatão grande, dinâmico, industrializado e bem administrado de maneira a sair do marasmo em que vive e possa se projetar no seio dos municípios pernambucanos como um dos melhores.

Aí está o livro, incompleto, dividido em quatro partes: a primeira trata de seu povoamento, da criação dos engenhos de açúcar e de seus primeiros núcleos habitacionais; a segunda parte, trata da criação do município, em 1873, até a época atual abrangendo vários capítulos de interesse coletivo; a terceira parte, fala de seus vultos históricos e da projeção que alcançaram nas diversas épocas em que viveram essas pessoas e a quarta parte fala de seu povo, de sua gente com estórias pitorescas e engraçadas, muitas das quais um tanto irreverentes, mas autênticas e verídicas por que saídas com espontaneidade da boca de seu povo. Espero que agrade e peço permissão para agradecer as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram prestando-me informações, permitindo que consultasse livros de registro, folheasse documentos antigos, confiaram-me seus arquivos. Permita que esse agradecimento se estenda a minha gentil esposa que sempre me incentivou nas pesquisas e que me dediquei e que nunca permitiu meu desânimo ante as dificuldades encontradas, mesmo por que minha tarefa não foi fácil, principalmente quando tive que andar dentro das repartições públicas coletando subsídios para esta obra que tem, como principal objetivo, informar o povo jaboatonense das grandezas da terra onde nasceu.

Se tive a satisfação de encontrar pessoas bem esclarecidas que me receberam com particular atenção, prestando-me as informações solicitadas com extraordinária boa-vontade, também tive o desprazer de encontrar funcionários que me receberam com evidente má vontade e indisfarçada hostilidade, negando-me o que desejava sob a alegação de que "não tenho tempo". Algumas vezes as informações que me prestavam se contradiziam com outras recebidas e quando isso acontecia, tinha de recorrer a outras fontes para dirimir a dúvida o que me roubava tempo e dava despesas por ter de ir a pé ou de automóvel ao local, quase sempre distante. Somente minha boa vontade e o desejo de bem servir a uma comunidade no seio da qual conto com tão bons e prestimosos amigos, motivou-me a empreendimento de tal envergadura, pois nem tudo foram flores facilmente colhíveis nos vastos canteiros da informação.

Considerado como município da Restauração devido sua extraordinária participação na Guerra Holandesa, com uma história repleta de feitos memoráveis, alcançada das mais sublimes demonstrações de verdadeiro amor-pátrio, Jaboatão tem, no seio de sua comunidade, inúmeras famílias de tradição histórica e aristocrática que se envolveram nos movimentos nativistas dos séculos XVIII e XIX misturadas ao povo simples, a plebe anônima, derramando sangue precioso nas lutas que se desenrolaram pela independência da Pátria e pela abolição da escravatura. Vários foram os jaboatonenses que se destacaram na vida social e política podendo-se incluir, entre eles, algumas famílias tradicionais como os Cavalcanti de Albuquerque, os Barros Barreto, os Souza Leão, os Vieira da Cunha, os Pires Ferreira, os Vieira de Melo, os Sá Barreto, os Figueiroa, os Bulhões e tantas outras famílias vindas de Portugal que aqui se estabeleceram, casaram, fundaram engenhos de açúcar e, criadores de gado e de riquezas, que muito contribuiu para o engrandecimento e prosperidade do município não faltando, a essa gente, os vultos históricos cheios de decência e dignidade que se envolveram nas lutas heróicas de sua província, derramando sangue precioso nas ruas de Olinda e Recife. Vários foram os jaboatonenses que fizeram parte da "Conspiração dos Suassunas" congregando-se numa academia pioneira no país, visando a independência do Brasil. Vários foram os jaboatonenses que na capital do Império conquistaram posição de relevo e souberam se impor como representantes da Província, pela inteligência literária, pela elevação moral refletida em suas deci-

sões, pela envergadura física desenvolvida na vida rude dos engenhos. Vários foram os jaboatonenses que atenderam ao chamamento da Pátria nos seus momentos mais difíceis participando da Guerra do Paraguai e das duas Grandes Guerras em que o Brasil se viu envolvido, dando flagrantes demonstrações de coragem, bravura e amor-pátrio.

É dessa gente, desse povo, dessa terra que pretendo falar neste pequeno e modesto trabalho, escrevendo uma página de sua arrebatadora história como um legado aos filhos de Jaboatão, aos que nasceram nas terras dos montes Guararapes e aos que, embora tendo nascido em outras plagas, aqui se radicaram aprendendo a amar Jaboatão como se fosse sua terra natal. Talvez que desta modesta obra possa, algum mestre ou educador que milita nas escolas sediadas no município, tirar algum subsídio que sirva para tornar mais orgulhoso e amante de sua terra, um filho de Jaboatão.

Se isso acontecer, dar-me-ei por satisfeito por ser esse o meu sincero objetivo.

Jaboatão, dezembro de 1983.

O Autor.

Jaboatão, sua terra, sua gente.

Livro I — Jaboatão Antigo

Cap. I — Sua origem — Seus fundadores.

Dizem os mais eruditos historiadores que o Brasil muitos anos antes de ser oficialmente descoberto pelo almirante português Pedro Alvares Cabral, já era visitado por outros navegantes estrangeiros que, tranquilamente, exploravam suas plagas aportando em baías, enseadas e embocaduras de rios à procura de riquezas que, descobertas, transportavam à Europa para serem negociadas. Durante muito tempo o imenso litoral brasileiro esteve a mercê de qualquer caravela que o procurasse, aproveitando-se de seu abandono para dele retirar produtos comerciáveis, mesmo depois de ter sido dada a notícia de seu descobrimento à Corte de Lisboa que interessada no comércio com as Índias, onde ia buscar especiarias, nenhuma importância ligou a nova colônia porque nela não existiam os produtos que estavam em voga e tanto serviam aos interesses dos fidalgos lusos.

No princípio foram corsários diepenses e maloinos que vinham se aproveitando da situação de abandono assaltando navios de armadores lisboenses, portuenses e algarvenses obtendo lucros compensadores. O páu-brasil era vendido em Flandres e Brabante e duas vezes ao ano, navegadores bretões e normandos cruzavam o Atlântico em busca de papagaios, penas coloridas (na época muito usadas para se escrever) e belos couros de onça para confecção de vestimentas. As lesivas, insolentes e contínuas incursões dos intrusos, punham intranquilos os poucos portugueses que habitavam a vasta e pouco conhecida possessão ultramarina e D. Manoel, o Venturoso, depois de ter mandado algumas expedições a explorar as terras recém-descobertas por Cabral, determinou as autoridades civis e militares que estudassem medidas enérgicas capazes de pôr paradeiro a tão inquietante situação.

Morto D. Manoel, o Venturoso, D. João III seu sucessor no trono de Portugal, mudou de política resolvendo mandar algumas expedições às costas do Brasil a expulsarem os piratas que infestavam o litoral, especialmente os franceses que, segundo seu rei, tinham direito sobre as terras da América. É que Francisco I, rei de França (1494-1547) respondendo reclamação de D. Carlos V, rei de Espanha, sobre as incursões feitas as terras do Brasil, respondeu desconhecer a cláusula testamentária em que o velho Adão teria

doado, com exclusividade, as terras descobertas e a descobrir a Portugal e Espanha. Fôra uma alusão irônica ao tratado das Tordesilhas, ao ato do papa Alexandre VI, de descendência espanhola, dividindo as terras do novo mundo entre portugueses e espanhóis.

Ironia perigosa porque com base no poder espiritual, os papas desempenharam, durante muito tempo, funções de árbitros internacionais exercendo nas comunidades cristãs das nações européias, uma espécie de administração multinacional com poderes tão dilatados que recebia embaixadas de obediência dos monarcas, reconheciam e legitimavam reis ou depunha-os.

As viagens de conquista realizadas por Portugal e Espanha, tinham o beneplácito dos papas que legitimavam a "posse das terras conquistadas aos infiéis" uma vez que quem não era cristão era infiel e devia ser tratado como inimigo. Não se admitia Deus com outro nome nem com liturgia diferente da adotada pela Igreja Católica Apostólica Romana.

Assim foi que Nicolau V expediu bula em favor do rei D. Afonso V, cognominado o Africano, declarando caber-lhe perpetuamente e ao Infante D. Henrique a "conquista que vai do cabo Bojador e do cabo Não correndo por toda Guiné e passando além dela vai a plaga meridional "vedando qualquer pessoa sem licença daquelas autoridades, sob pena de excomunhão, ou de interdito para as entidades, levar mercadorias a tais terras (Romanus Pontifex, de 8 de janeiro de 1454, confirmada pela Inter-Coetera, de 13 de março de 1456, do Papa Calisto III que, embora sendo um Bórgia espanhol, concedeu a Ordem de Cristo jurisdição espiritual das terras do cabo Não até a Índia). Pelo fato da Espanha passar a ser dona de "todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir, para o Ocidente e o Meio-Dia, fazendo e construindo uma linha desde o Pólo Ártico, a saber do Setentrião até o Pólo Antártico" através de bulas papais (Eximiae Devotionis, de 3 de maio de 1493, Dudum Sequidem, de 25 de setembro de 1493) o rei D. João II de Portugal reagiu, preparou sua esquadra e se dispôs à luta. Diante dos preparativos da esquadra lusa, cujo comando foi entregue a D. Francisco de Almeida, os Reis Católicos dispuseram-se a negociar. As delegações espanholas e portuguesas encontraram-se em Tordesilhas-Castela Vela - onde foi firmado a 7 de junho de 1494 o célebre Tratado de Capitulação da Partição do Mar Oceano que dividiu o mundo em duas partes pertencentes a Espanha e Portugal!

Por essa razão o Brasil, que já era visitado por outros navegadores europeus antes de Cabral aportar em suas terras, não podia ser oficialmente descoberto, uma vez que suas terras, pelo Tratado das Tordesilhas, já pertenciam a Portugal mesmo antes que qualquer português aqui pusesse os pés!

Chegada de D. Duarte Coelho Pereira a Pernambuco.

A 9 de março de 1635 veio, para Pernambuco, o nobre Duarte Coelho Pereira (na escritura de 6 de abril de 1592, Jorge de Albuquerque doando terras aos beneditinos de Olinda, impõe-lhes a condição de celebrarem missas "por alma de meu Pai, Duarte Coelho Pereira, primeiro governador que foi da dita Capitania" - Tombo do Mosteiro de São Bento, Revista do Instituto Arqueológico, XLI, p 26) que partindo das costas da África, arribou a ilha de Itamaracá encontrando-a ocupada por armadores franceses que se tinham estabelecido numa feitoria criada por Cristovam Jacques, fidalgo da Casa Real de Portugal. Essas feitorias eram montadas em lugares onde havia relações amistosas entre portugueses e indígenas e serviam de entre-posto comercial, com algumas caiçaras protegidas por cercas nas quais se guardavam

toda espécie de gêneros passíveis de servirem como escambo: foices, facões, machados, enxadas, pentes, espelhos, etc. que eram trocados com os silvícolas por produtos da terra espalhados pelos campos, em estado natural, de onde eram colhidos e levados para os embarcadouros, sendo transportados para Portugal pelos veleiros que realizavam viagens as costas do Brasil.

Duarte Coelho entrou em combate com os franceses, derrotando-os e expulsando-os subiu o rio Igaracú e com o mesmo ímpeto combateu os índios potiguaras, aliados dos franceses, tomou-lhes a aldeia e, depois, já no continente, fundou a primeira povoação luso-brasileira de Pernambuco: Igaracú!

Se na atualidade não é tarefa fácil se construir uma cidade, a semelhança do que fez Juscelino Kubitschek com Brasília, arregimentando dos centros civilizados numerosas equipes de engenheiros, pedreiros, marceneiros, serralheiros, motoristas, tratoristas, carpinteiros, médicos, enfermeiros, cosinheiros, serventes, machadeiros, etc. e grande número de máquinas e de animais para auxiliarem no desbravamento do cerrado, limpeza do solo, seu preparo para edificação de casas de alvenaria e conjuntos de cimento armado, palácios, praças e jardins, calcule-se o grande trabalho que teve Duarte Coelho para levantar Igaracú e, logo depois, a cidade de Olinda que passaria a ser a capital da capitania, sem contar com o material humano e de equipamentos, hoje facilmente recrutável em qualquer centro civilizado! É bem verdade que as duas cidades fundadas pelo primeiro donatário da capitania de Pernambuco, em nada se assemelhava a moderna Brasília sendo a maioria de suas edificações feitas de táboas e páus roliços com uma forte torre na qual residia o governador. Mas de qualquer maneira, foi um trabalho de gigante realizado com recursos mínimos e condições adversas, já que os índios viviam assediando o lugar e matando seus conterrâneos.

A 28 de setembro de 1532, o rei D. João III escrevendo ao governador Martim Afonso de Souza anunciava ter posto em prática a idéia de dividir o Brasil em capitanias hereditárias com 50 léguas de costas (cada légua tem seis quilômetros de extensão) e as terras para o interior deveriam se limitar a linha do Tratado de Tordesilhas.

Por carta-régia de 10 de abril de 1534, D. João III doou, a Duarte Coelho, 60 léguas de terras que começavam às margens do rio S. Francisco e se estendiam até o redondo da ilha de Itamaracá, por ele conquistada. Muito pródigo em distribuir terras que realmente não lhe pertenciam, pois as mesmas eram de propriedade dos índios, o Soberano português fez a partilha do solo brasileiro entre seus fidalgos distribuindo glebas enormes para que as mesmas fossem povoadas e exploradas às custas de seus donatários.

O mestre Gilberto Freire (Casa Grande e Senzala) diz que: "Compreenderam os homens mais avisados em Portugal, logo após as primeiras explorações e notícias do Brasil, que a colonização deste trecho da América tinha de resolver-se em esforço agrário. Um deles, Diogo de Gouveia, escreveu neste sentido a D. João III. E ao decidir povoar os ermos da América seguiu efetivamente el-Rei o critério agrário e escravocrata de colonização, já esboçado nas linhas do Atlântico".

"Tudo, porém, deixou-se a iniciativa particular. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia. Mas também os privilégios de mando e jurisdição sobre terras enormes. Da extensão delas fez-se chamariç, desperdiçando-se nos homens de pouco capital, mas de coragem, o instinto de posse: e acrescentando-se ao domínio de terras tão vastas, direitos de senhores feudais sobre a gente que aí fosse mourejar. A atitude da Corôa vê-se claramente qual foi: povoar sem ônus os ermos da América. Desbrava-los do mato

grosso, defende-los dos corsários e dos selvagens, transforma-los em zona de produção ocorrendo as despesas por conta dos particulares que se atrevessem a desvirginar terra tão áspera”.

As Capitánias.

Essas capitánias foram doadas a figuras que o rei julgou merecedoras de fé e que as requeressem. Sendo hereditárias passariam, por morte do donatário, ao filho legítimo mais velho e, na falta deste, ao filho bastardo de maior idade, a menos que o donatário deliberasse excluir este da sucessão, designando outro parente. Além disso, o donatário, como capitão e governador das terras que recebesse, poderia estabelecer fôros, dízimos e outros tributos além de aplicar a justiça, inclusive a pena de morte, desde que o réu não fosse fidalgo pois em tal caso se fazia necessário a prévia autorização do rei. Poderia, também, homisiar criminosos (esta cláusula criaria sérios problemas para Duarte Coelho, como veremos adiante) mesmo que estivessem condenados pela justiça de outra capitania, excetuados, apenas, os réus de traição, heresia, sodomia e crime de moeda falsa. Poderia dar sesmarias (terras incultas) a quem as quizesse cultivar e, ainda, teria o direito de escravizar índios para vende-los em Portugal ou para trabalhar na capitania. Desse direito que tinham os donatários de poderem escravizar índios, surgiu a principal divergência entre as duas raças. Se de um lado procurava-se povoar a nova terra com portugueses vindos d'além mar, geralmente maus elementos dos quais o governo queria se livrar por trazerem mais prejuízos que benefícios a nação, por outro lado autorizava-se a prisão e exportação dos elementos nativos sob regime de escravidão, índios que sempre viveram livres numa terra onde dava de tudo sem se precisar plantar e, conseqüentemente, poucos afeitos ao trabalho sistemático, ao labor forçado.

Os lotes de terra distribuídos pelo rei de Portugal, eram ocupados pelos seus legítimos donos, índios independentes que não compreendiam como os brancos se assenhoreavam de suas terras, erguiam casas e faziam roças sem lhes dar a menor satisfação, exprobandos e castigando-os quando colhiam qualquer produto existente nos leirões por eles plantados.

Longe da compreensão de tal sistema de vida, habituados a partilharem comunitariamente do que a terra produzia, o índio não aceitou a escravidão como meio de vida e rebelava-se de tacape nas mãos o rigor do branco que exigia ele plantasse mas não colhesse nada do que tinha plantado. A minúscula população do pequeno reino português, dividida entre as terras conquistadas, não era suficiente para atender ao afanoso trabalho que a gigantesca colônia estava a exigir e o trabalho escravo, sem direito a remuneração, parecia ser a solução mais fácil e adequada.

O governo português para se ver livre dos maus elementos que por lá viviam, começou a enviar para Pernambuco fidalgos arrazados e toda casta de vagabundos que perturbavam a calma e a paz do reino. Gente preguiçosa e indolente que não queria produzir nem o suficiente para sua própria manutenção; feiticeiros perseguidos pela inquisição e que sem culpa formada eram degredados para o Brasil onde passariam a viver enganando os supersticiosos que acreditavam na força de seus sortilégios; comerciantes, ladrões viciados, que roubavam no preço e no peso; ourives que engastavam jóias falsas e vendiam como legítimas e verdadeiras; gente desprovida de senso de moralidade que se habituara a roubar e enganar achando isso natural, jogava com baralho marcado, passava dinheiro falso, assaltava transeuntes nas estradas, dava fuga a escravos por simples maldade, carregava armas proibidas, puxava das

espadas nas procissões e lugares sagrados, resistia ás autoridades, provocava rixas por qualquer nonada, matava e roubava e ainda se apresentava como vítima inocente quando julgada e condenada. Era gente de maus costumes, incapaz de praticar uma ação elevada e que em nada contribua para o desenvolvimento da colônia a não ser gerar mestiços que lhes herdariam todos os vícios e defeitos ainda hoje encontrados em nossa sociedade. Eram brancos expulsos de Portugal e de suas colônias pelos crimes cometidos e que cheios de rancor contra as autoridades, tudo faziam para prejudica-las; eram negros africanos escravizados, cheios de ódios e de resentimentos, alguns dos quais tinham sido chefes em suas comunidades (reis, príncipes, princesas, rainhas, ministros, etc.) procurando ocasião propícia para exercerem vingança contra seus supostos senhores; eram índios desabituaados ao trabalho mas que queriam alimentos gratuitos e a mesma liberdade sexual com as mulheres brancas já que em suas tabas hospitaleiramente eles concediam esses direitos aos brancos; eram prostitutas desbragadas que viviam licenciosamente dando maus exemplos de conduta pelo baixo procedimento e pela linguagem obscena e maliciosa. É claro que no meio dessa enxurrada de elementos díspares, existiam os de índole pacífica, os trabalhadores, os injustiçados atingidos pelas radicais exigências de uma justiça capenga, civil e eclesiástica, que punia os que não acreditavam nos santos, não assistiam missas com frequência, não comungavam, não beijavam ás mãos dos padres quando cruzavam por eles, davam-se a mancebia ou ao concubinato de maneira escandalosa, não pagavam o dízimo de Deus, etc. levando certo jesuita a declarar que o povo do Brasil era constituído de três castas: “uma que Deus fez; outra que mandou fazer e outra que deixou recado para que se fizesse”, definição pouco lisongeira para se conceituar o povo brasileiro.

Era gente dessa laia, dessa espécie, que intranquilizava o probo e honesto Duarte Coelho que apesar da repugnancia que sentia em castigar seus contemporâneos perante os índios e escravos negros, teve de mandar enforcar alguns, por incorrigíveis, tanto que aos 20 de dezembro de 1546 escreveu ao monarca de Portugal, suplicando-lhe suspender a remessas de tantos elementos nocivos para a capitania de Pernambuco. Outros, porém, quando perseguidos pela justiça de Pernambuco, pelos crimes que tinham praticado, procuravam se homisiar na capitania de Itamaracá cujo capitão, Francisco Braga, dava asilo e proteção aos que ali chegavam para escaparem aos castigos a que tinham sido condenados.

Em 19 de setembro de 1534, em Évora, D. João III, rei de Portugal, assinou carta de sesmaria concedendo a Pero Lopes de Souza, 30 léguas de terras que “começarão no rio que cerca em redondo a ilha de Itamaracá, ao qual rio eu ora pus o nome de Rio de Santa Cruz e acabarão na Baía da Traição, que está em altura de seis grãos etc”.

Limitada ao sul com a capitania de Duarte Coelho, a donataria itamaracense avançando pelo interior abrangia todo o Norte do Agreste. Assim as terras municipais de Machado, São Vicente Ferrer, Orobó, Bom Jardim, Surubim, Santa Maria de Cambucá, Taquaritinga do Norte, área norte de Santa Cruz do Capibaribe e de Jataúba pertencia a Pero Lopes de Souza, que regressou definitivamente a Portugal em 1532 deixando-a entregue ao capitão Francisco Braga que intensificou a derrubada da ibirapitanga - páu-brasil - precisando de grande contingente de homens que, de machado em punho, depredou as matas litorâneas explorando uma mercadoria de lucro imediato. Interessado na quantidade de homens necessários ao desmatamento do páu-brasil, o capitão Francisco Braga arregimentou índios e mamelucos, brancos e mulatos de todos os matizes no meio dos quais alguns criminosos procura-

dos pela justiça de Pernambuco e de outras capitanias o que desgostou seriamente a Duarte Coelho que lhe mandou algumas precatórias solicitando-lhe a devolução de alguns criminosos afim de serem punidos e como Braga lhe respondesse que a capitania "era couto e tinha privilégios", uma séria divergência surgiu entre os dois e o donatário de Pernambuco, perdendo a paciência, mandou dar-lhe "uma cutilada no rôsto".

Por uma dessas ironias do destino, a ilha de Itamaracá que no princípio da colonização servia de valhacouto aos criminosos que, evadidos, iam espontaneamente procurar abrigo e proteção em suas terras, três séculos depois se tomaria no maior presídio do estado para onde são enviados, forçosamente, todos os criminosos condenados pela justiça de Pernambuco!

Duarte Coelho com mão firme castigou os transgressores da lei reprimindo abusos, desrespeitos e desordens com tanta segurança que, em 1542 estabelecendo-se no Brasil o governo geral que despojou os donatários de seus privilégios, exceto o da hereditariedade, ele foi o único a continuar no gozo de todas as regalias até sua morte, em 1554, por ter sido reconhecida a justiça de todos os seus atos. Devido sua mão forte e seu espírito de justiça, Pernambuco foi a única capitania a gozar de relativa calma que muito favoreceu seu desenvolvimento. Teve três filhos: Duarte Coelho de Albuquerque, Jorge de Albuquerque e D. Inês de Albuquerque. O primeiro sucedeu-o como segundo donatário e de Jorge de Albuquerque nasceria um filho - Duarte de Albuquerque Coelho - que seria o terceiro donatário da capitania de Pernambuco.

Jorge de Albuquerque tinha razões pessoais para não gostar dos índios caetés, glerreiros valentes, perversos e ferozes que dominavam a faixa sul da capitania abrangendo o litoral até o rio S. Francisco e que, mesmo depois de terem sua taba, a "Marim dos Caetés", destruída pelo seu pai, jamais deram descanso ao velho capitão, dirigindo todo seu poderio para desalojarem os invasores, cercando-o várias vezes em sua torre obrigando-o a passar fome e sede, situação que, "de uma vez foi minorada pela filha de um principal, que apaixonada pelo almoxarife-régio Vasco Fernandes Lucena, convenceu outras índias a fornecer cabaços com água e mantimentos aos sitiados muitas vezes e com muito segredo". Em 1560, Jorge de Albuquerque começou a mais atroz perseguição contra os índios caetés como punição pela morte do primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha que naufragando nas costas de Sergipe fôra devorado por esses selvagens em Cururipe, perto do rio S. Francisco, aos 16 de junho de 1556, segundo o pe. Lino do Monte Carmelo (Memória do Clero Pernambuco).

F.A. Pereira da Costa em seu Vocabulário Pernambucano, dá a entender que o Bispo era pessoa intransigente e ciosa de seus deveres religiosos, quando se refere ao fato de que, em carta datada de 8 de abril de 1555 o governador geral do Brasil D. Duarte da Costa, fazia graves acusações ao Bispo por ter excomungado o donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho porque este "de mistura com homens baixos bebia fumo", isto é, fumava e que na Bahia o mesmo Bispo por achar que um pobre homem bebia fumo, mandou pô-lo nú da cintura para cima com os rôlos de fumo pendurados ao pescoço.

Depois de derrotados por Duarte Coelho, os índios caetés procuraram outras terras para se estabelecerem, longe da presença do homem branco e a ribeira do Jaboatão abrigaram vários deles até que, morto D. Pero Fernandes Sardinha, Jorge de Albuquerque organizou uma expedição e saiu destruindo os remanescentes dos caetés numa campanha vingativa e cruel. Talvez seja esta uma das razões por que nenhum historiador faz referências a existência

de índios em Jaboatão, a não ser uma taba que existia nas proximidades de Muribeca e que foi destruída pelos flamengos quando atacaram e depredaram aquela povoação, em 1633. Os índios existentes em Jaboatão, aqui viviam na qualidade de escravos plantadores de cana para os engenhos de açúcar, lavradores forçados da terra que antes lhes pertencera e de onde seus parentes tinham sido expulsos ou mortos.

Os índios tupiniquins eram senhores do extremo sul da capitania, morando nos sertões; os tupinambás eram moradores de vasta zona que se estendia das ribeiras dos rios Beberibe ao Capibaribe; os Tabajaras, ocupavam as costas de Olinda até o rio Abilá, em Igaracú e os pitiguaras habitavam ao longo do rio Capibaribe até a região conhecida como Maciape.

Os dois filhos de Duarte Coelho, têm seus nomes parcialmente ligados a história de Jaboatão, como veremos a seguir.

As Sesmarias.

O segundo donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque, em 1565 começou a doar terras na ribeira do Jaboatão.

O primeiro cidadão a ser beneficiado com terras doadas em Jaboatão, foi Gabriel de Amil que, a 5 de maio de 1565, recebeu 500 braças de terras (cada braça corresponde a 2,2m) sendo, essas terras demarcadas a 14 de setembro de 1572 e ficavam onde, atualmente, está o bairro da Sucupira. A 5 de abril de 1572 - antes, portanto, de terem sido demarcadas - Gabriel de Amil vendeu suas terras a Gabriel Prestes por cento e trinta mil réis (130\$000) como consta da respectiva escritura lavrada por João Rodrigues, tabelião público e de notas da "Vila de Olinda da Nova Lusitania, Terra do Brasil"

Em 1566, Gabriel Alves Pugas era beneficiado com uma légua quadrada de terras cuja demarcação só foi feita em 1575. Essas terras deram origem a vários engenhos: S. João Batista, Suassuna, Palmeiras, etc.

Brasil curioso, o daqueles tempos, em que se dava terras a quem as quizesse possuir e plantar! Francisco Berenguer de Andrade, por exemplo, "pessoa mui nobre e de generoso peito, morador da Várzea do Capibaribe" sôgro de João Fernandes Vieira, recebeu, em 1699, do Bispo D. Pedro de Almeida, presidente da Província, "dez léguas em quadro" ou seja a bagatela de cem léguas ordinárias!!!

Outro fato curioso eram as demarcações de terras em um país onde não existiam geômetras. As terras eram medidas da seguinte maneira: o medidor, ou demarcador, enchia o cachimbo de fumo, acendia-o, montava a cavalo com toda pôse deixando que o animal caminhasse em linha reta, a passo! Quando o cachimbo se apagava, acabado o fumo, marcava uma légua! Quando havia "entendimento" prévio entre o demarcador e o beneficiado, o forninho do cachimbo era bem cheio e o passo do cavalo estugado e, nesse caso, a légua era das "grandes". Mas se não houvesse antes, um "acordo", isso era feito com toda pôse e seriedade por parte do demarcador que não se incomodava com a impaciência das pessoas presentes nem com os doestos do beneficiado que, geralmente, achava a cerimônia muito lenta e vagaroso o passo do cavalo!

Mas, por que se dava tanta terra?

As Ordenações do Reino.

D. João III ordenava aos capitães que distribuíssem as terras do Brasil em sesmarias, constituindo essas doações, de começo, "ato perfeito e acaba-

do", porém ficando os colonos sujeitos a condição de, no prazo de cinco anos, aproveitá-las, caso contrário a doação caducava e a terra voltaria a pertencer à Côroa como devoluta devendo ser, posteriormente, redistribuída.

Não se pode pensar na existência do homem sem a exploração do sólo que lhe fornece o alimento necessário à sua sobrevivência e o próprio disciplinamento sesmarial lusitano - constante da lei de D. Fernando e das instruções de D. João III e de D. Duarte - passou a ter grande alcance quando foi codificado na grande legislação lusitana, as Ordenações do Reino - as Afonsinas, de 1446, livro IV, título 81; as Manuelinas, de 1511-12, livro IV, título 67, §3º e, finalmente, as Filipinas, de 1603, livro IV, título 63, §1º e 4º onde o soberano ordenava que para resolver o problema do sólo inculto, fossem as terras de conquista repartidas por sesmarias entre os moradores mais capazes de as plantar e explorar. Aos donatários eram reservados 10% das terras doadas e o restante deveria ser distribuído ficando, quem as quizesse possuir, obrigado a pagar o "dízimo de Deus", isto é, percentagem pelo que rendia a terra, destinado, esse pagamento, a propagação do cristianismo entre os selvagens que depois de convertidos à nova religião e batizados com um nome bíblico ou de algum personagem importante passariam, por sua vez, a pagar os dízimos como todo cristão. Só que o selvagem catequizado, com seu temperamento de homem livre e sem deveres para com um chefe que nem sequer conhecia, não compreendia essa exigência e, quase sempre, se furtava de cumpri-la.

A Camara dos Conselheiros Municipais.

Na vida administrativa das vilas e cidades brasileiras, sempre apresentou particular realce a Camara Municipal dos Conselheiros, principal fundamento da pirâmide administrativa, pois representa a população e os interesses da gente qualificada. Outrora seus representantes eram em número de três a quatro conselheiros, presididos por um juiz ordinário por um período de três anos findo os quais se procediam novas eleições. Essas eleições não eram agitadas, como agora. Só podiam votar e ser votados homens qualificados (homens bons) inscritos no Livro da Nobreza, existente na Câmara.

No tempo da ocupação holandesa, envez da Câmara de Conselheiros, existia a Câmara dos Escabinos, juntas comunais de justiça ou tribunais municipais com alçada no cível e no crime, constituída, equitativamente, de holandeses e lusos-brasileiros em número de quatro. Sob o domínio holandês, existiram as seguintes câmaras de escabinos:

a) Câmara da Cidade Maurícia:	3 escabinos. Freguesias:
da Várzea:	4 moradores
do Cabo:	3 moradores
de Ipojuca:	4 moradores
S. Lourenço:	3 moradores
Muribeca:	4 moradores
Jaboatão:	2 moradores
Paratibe:	3 moradores
b) Câmara da Paraíba:	2 escabinos. Freguesia:
da Paraíba:	3 moradores
c) Câmara de Itamaracá:	4 escabinos. Freguesia:
de Itamaracá:	4 moradores

d) Câmara de Igaracú:	2 escabinos. Freguesia:
de Igaracú:	4 moradores
e) Câmara de Serinhaem:	1 escabino. Freguesia:
Serinhaem:	4 moradores
f) Câmara do Rio G. Norte:	Não foi representada na Assembléia de 1640.

Observe-se que a menor representação de moradores nas diversas câmaras de escabinos, foi a de Jaboatão que começava a surgir no cenário político de uma capitania que dentro de poucos anos se tornaria a mais agitada e nativista do Brasil, lutando por uma pátria livre e independente.

A Lei Geral de 1º de outubro de 1828, extinguiu os Senados das Câmaras e criou as Câmaras Municipais de Vereadores (9 nas cidades e 7 nas vilas) regulando seu funcionamento e estabelecendo suas atribuições.

Por essa Lei Geral, a Câmara Municipal de Vereadores passou a ser um órgão administrativo sério, onde os representantes do povo não podiam legislar em causa própria, nem de seus ascendentes ou descendentes, irmãos ou cunhados; não eram remunerados e ainda pagariam multa de 4\$000 (quatro mil réis) nas cidades e 2\$000 (dois mil réis) nas vilas por cada sessão que faltassem injustificadamente, sendo proibida a recusa do cargo, exceto: 1º - por enfermidade grave ou prolongada e 2º - por emprego civil, eclesiástico ou militar cujas obrigações fossem incompatíveis de se exercerem conjuntamente.

A Câmara Municipal de Vereadores, competia:

- Alinhamento, limpeza, iluminação e desempachamento das ruas, cais e praças;
- Conservação e reparos de muralhas feitas para segurança de edifícios e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes ou para decôro e ornamento das povoações;
- Sobre o estabelecimento de cemitérios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar;
- Sobre o esgotamento de pântanos e qualquer estagnação de águas infectas;
- Sobre a economia e asseio dos currais e matadouros públicos;
- Sobre a instalação de curtumes;
- Sobre os depósitos de imundícies e tudo quanto possam alterar e corromper a salubridade da atmosfera;
- Sobre edificios ruinosos, escavações e precipícios nas visinhanças das povoações, mandando-lhes pôr divisas para advertir os que transitam;
- Suspensão e lançamento de corpos que possam prejudicar ou enxovalhar aos viandantes;
- Cautela quanto ao perigo da divagação de loucos, embriagados e animais ferozes ou danados;
- Admoestar aqueles que, correndo, podem incomodar os habitantes;
- Providenciar para acautelar e atalhar incêndios;
- Sobre as vozerias nas ruas em horas de silêncio, injúria e obscenidades contra a moral pública;
- Sobre os animais daninhos e os que trazem gado solto sem pastor em lugares onde possam causar prejuízos aos habitantes e as lavouras;
- Extirpação de répteis venenosos ou de quaisquer animais e insetos

devoradores de plantas;
- Sobre construção, reparo e conservação das estradas, caminhos e vias trafegáveis;
- Plantações de árvores para preservação dos limites e comodidade dos viajantes.

Pagamento dos dízimos.

A 4 de janeiro de 1576, por alvará-régio, D. Sebastião acolhendo opiniões de canonistas, determinou que os indígenas convertidos pagassem dízimos durante seis anos e que a renda, em vez de ir para o Reino, ficasse na colônia para as igrejas e confrarias religiosas. Isso permitiu que igrejas suntuosas fossem construídas e que paróquias enriquecessem para maior glória do cristianismo.

No nordeste brasileiro, essa decisão de D. Sebastião foi muito boa para os holandeses calvinistas que depois de se assenhorearem da terra, despojaram suas igrejas de todas as riquezas nelas existentes sem o menor escrúpulo ou respeito pelas coisas sagradas. Apesar desses saques, desses roubos praticados pelos flamengos durante o tempo da invasão batava; apesar de quase todas as igrejas católicas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte terem se transformado em estrebarias para os cavalos dos holandeses e em depósitos do açúcar confiscado, ainda hoje elas se constituem em motivo de atração turística para àqueles que visitam essa pobre e desvalida região do Brasil, pela riqueza de suas linhas e de seus altares, alguns revestidos de ouro com desenhos de fino acabamento.

Cap. II

Fundação dos Engenhos de Jaboatão.

Grande parte da sesmaria de Gaspar Alves Pugas e sua mulher, D. Isabel Ferreira, foi vendida a 15 de setembro de 1573 a Fernão Soares - 1.200 braças de norte a sul e 600 de largo, de leste a oeste - por duzentos mil réis (200\$000). Juntamente com seu irmão, Diogo Soares, construiu o engenho Nossa Senhora da Assunção e a 3 de agosto de 1587 deu-se a primeira moagem da cana de açúcar, segundo termo de registro de propriedade que fizeram os irmãos Soares, na Vila de Olinda, a 8 de agosto de 1588 em presença do provedor e contador da Fazenda Real, Jerônimo de Mendonça.

O engenho moia com águas do riacho Suassuna, por isso foi transformado em engenho Suassuna, "por estar situado na ribeira do mesmo nome". Esse engenho coube, como herança, a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (o famoso coronel Suassuna de Nossas lendas históricas) que apesar dos transe e dificuldades por que atravessou em 1801-02 como chefe de um movimento separatista, prestou relevantes serviços a Pátria. Nesse engenho funcionou a Academia Suassuna, escola democrática onde iniciados e adeptos da liberdade, não só nacionais como estrangeiros, achavam agasalho, luz e subsídios pelos ensinamentos ali ministrados. Essa academia deu origem a Academia Paraizo, localizada em També, dirigida por Julio Ribeiro e que encetou a Revolução Pernambucana de 1817.

Engenho São João Batista.

Outra parte das terras de Gabriel Alves Pugas e sua mulher, depois de demarcadas, foi vendida ao sr. Pedro Dias da Fonseca que montou o enge-

nho São João Batista (atual usina Bulhões) e que, segundo Pereira da Costa, "em 1575 já safrejava" de onde o grande historiador concluiu ter sido esse engenho o primeiro a fabricar açúcar na região, o que não é verdade, porquanto as terras de Gabriel Alves Pugas só foram demarcadas nesse ano para depois serem vendidas ao sr. Pedro Dias da Fonseca "que montou o engenho São João Batista" o que exclui a possibilidade do mesmo estar moendo nesse ano por não ter sido montado, ainda.

Pedro Dias da Fonseca, em 1588-89, deixou de pagar os dízimos a Coroa e, por isso, juntamente a Alvaro Fernandes Manaya "foram monidos por monitórios passados pelo Ouvidor da Vara Eclesiástica e por não satisfazerem, o dito Ouvidor os mandou declarar excomungados".

Engenho Santana

As terras de Gabriel de Amil, depois de demarcadas a 14 de setembro de 1572, foram vendidas a Gabriel Prestes a 5 de dezembro do mesmo ano, que já havia comprado 250x500 braças de terras a Jorge de Albuquerque, irmão de Duarte Coelho de Albuquerque. Todas essas terras foram vendidas, depois, a Simão Falcão e sua mulher D. Catarina Paes, em 10 de setembro de 1576 que doou parte delas ao seu genro Lopo Soares, como dote nupcial, surgindo, então, o engenho Santana que, posteriormente, viria a pertencer a João Fernandes Vieira.

Engenho Santo André.

Em 1568 eram doadas terras em Muribeca e Arnau de Holanda, numa faixa de uma légua em quadro nas quais ele levantou o engenho Santo André, mediante o ônus de 3% sobre o açúcar que fabricasse, conforme se vê na escritura de terras lavrada a 21 de abril do mesmo ano.

Arnau de Holanda era natural de Utrach, homem nobre, sobrinho do Papa Adriano XI, filho do barão Henrique de Holanda e de D. Margarida de Florença, irmã do Pontífice. Casou em Olinda com D. Brites Mendes de Vasconcelos, natural de Lisboa, filha do fidalgo Bartolomeu Rodrigues, Camareiro-Mor do Infante D. Luiz, filho do rei D. João III. Deste matrimônio vem a família Holanda depois entrelaçada com outras famílias, principalmente com os Cavalcanti de Albuquerque. Arnau de Holanda foi um dos que veio com Duarte Coelho Pereira e sua numerosa comitiva, cheia de fidalgos da mais pura estirpe.

Uma filha de Arnau, de nome Adriana de Holanda, casou com Cristovão Luiz, fidalgo florentino e parente do Grão Duque de Toscana e outra filha casou com Luiz do Rego Barreto de nobilíssima família e que, em 1596, exerceu o cargo de vereador da Câmara do Senado de Olinda. Desse casal nasceu um filho que tomaria o nome do avô, Arnau de Holanda Barreto, senhor do engenho São João de Muribeca, escabino da cidade Maurícia, elemento de destaque na Guerra Holandesa e, praticamente, o verdadeiro fundador de Muribeca dos Guararapes. Data daí, desse matrimônio, a origem das famílias Rego Barreto e Barros Barreto.

Engenho Novo de Muribeca.

Por escritura pública, lavrada a 20 de setembro de 1577, D. Brites Mendes de Vasconcelos, viúva de Arnau de Holanda, vendeu o engenho Santo André a João Paes "moente, corrente, com capela, três gangorras,

300 formas, 100 vacas e novilhos por três contos e quinhentos mil réis (3.500\$000) reservando para si e seu filho Agostinho de Holanda, uma sorte de terras nas quais levantou o engenho Novo de Muribeca".

Dos engenhos Novo e Santo André, foi proprietário o capitão-mor de Muribeca, José de Sá e Albuquerque que faleceu em Olinda em 1711.

Engenho Velho.

Em 1605 começou a funcionar o engenho velho que ficava onde, atualmente, está o bairro do mesmo nome e que chegou a ser propriedade de José Antonio de Araújo, visconde do Livramento que fez construir no lado esquerdo da estrada da Vitória (atual Avenida Gal. Manoel Rabelo) bela casa residencial que se tomaria conhecida como "casa da Viscondessa". Essa casa que se tomou propriedade das Indústrias Portela, acaba de ser demolida para dar lugar a algumas residências modernas destinadas aos engenhos da Fábrica de Papel, integrante do grupo do sr. João Santos. Trata-se de lugar aprazível que comportaria bom clube de campo numa área privilegiada pela própria natureza. Pena que o Patrimônio Histórico não a tenha adquirido preservando uma vivenda antiga e que estava ligada a história de Jaboatão.

As ruínas do antigo engenho Velho, à margem do riacho Manassú e ao lado da estrada construída pelo ex-prefeito Geraldo Melo e que dá acesso a Muribeca e Prazeres, acaba de ser totalmente demolida. Mais um marco histórico que desaparece das plagas jaboatonenses.

Engenho Entre-Rios.

Com o nome inicial de Santo Amaro, em 1589, foi levantado o engenho Entre-Rios em cujas terras erguem-se, hoje, os bairros residenciais de Entre-Rios, Mundo Novo e Santo Aleixo. Em terras desse engenho fica a bonita cascata do riacho Manassú.

Engenho Guararapes.

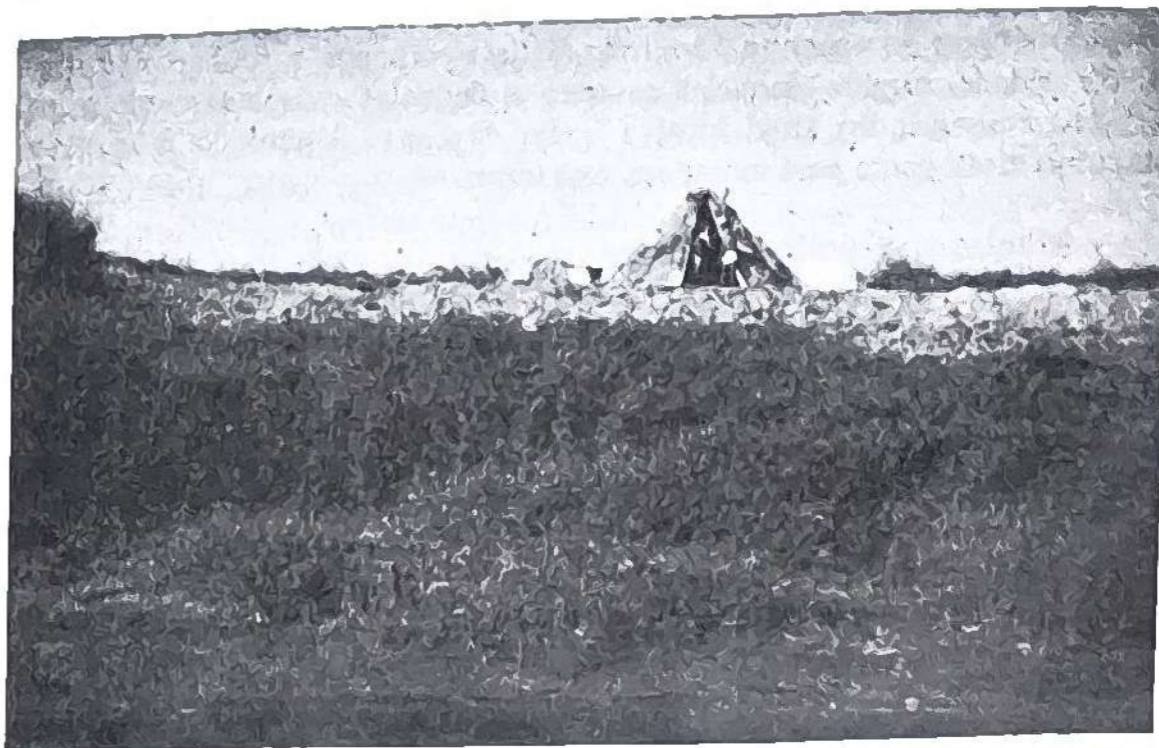
Em 1591 havia, em Muribeca, um engenho chamado Santo Antonio, pertencente a André Gonçalves Pinto e um outro, Nossa Senhora da Boa-Viagem dos Guararapes que, em 1656, pertencia ao capitão Alexandre de Moura e Albuquerque. Foi nesse engenho que as tropas de João Fernandes Vieira acamparam para enfrentar a fúria e a violência dos holandeses na segunda batalha dos Guararapes.

Engenho Palmeiras.

Além dos dois engenhos - Suassuna e São João Batista - situados em terras de sesmarias concedidas a Gabriel Alves Pugas, levantou-se outro engenho, na mesma data, com o nome inicial de Santa Cruz, depois Mangaré (atual lote de Vavá ou lote 92 onde surge, aos poucos, florescente bairro residencial com escolas, igrejas protestantes, barracas e mercearias, padarias, etc.) e que teve sua fábrica transferida para o lugar chamado "Sítio das Palmeiras" dando lugar ao engenho Palmeiras.

Esse engenho foi levantado por Fernão Rodrigues Vassalo em um lote de 1.400 braças de extensão por 600 de largura que comprara, por escritura pública lavrada a 26 de setembro de 1601 e cujas terras foram desmembradas

do engenho São João Batista e vendidas a Manoel Pinto e sua mulher, D. Francisca Simões que, na data acima mencionada as venderam a Simão Vassalo, seu genro. A 19 de julho de 1616, Simão Vassalo vendeu o engenho de sua propriedade a Felipe Diniz que anexou as terras do engenho Suassuna, do qual era proprietário, as terras compradas a Afonso Alves, Antonio Afonso, Heitor Mendes, Manuel Valente, Ana Figueiredo e outros transferindo-as a seu irmão Henrique de Carvalho, declarando que "as terras compradas a Fernão Rodrigues Vassalo tinham 1.400 braças de comprimento e 600 de largo e que delas separava o Suassuna e para isso não as vendia, 250 braças de terras que começavam na bacia de cima do engenho Santana, onde está um marco, indo pelo rio acima até elas se encontrarem com as águas vertentes que caem sobre dito açude" o que consta da respectiva escritura de venda assinada a 18 de março de 1634.



Em terras do engenho São Bartolomeu, esta família de Índios. "Foto tirada em 1987"

Povoamento de Jaboatão.

Em 1584 veio, para Pernambuco, o nobre Francisco de Bulhões, descendente do rei Godofredo de Bulhões, nobre cruzado que conquistou o Santo Sepulcro em Jerusalém, adquirindo do sr. Pedro Dias da Fonseca o engenho São João Batista onde desenvolveu a cultura da cana de açúcar.

Os trabalhadores do campo e os que se dedicavam ao mister de fabricar açúcar, na maioria escravos negros e indígenas, vieram a habitar às margens dos dois rios - Jaboatão e Duas-Unas - construindo casebres de taipa com cobertura de folhas de cana ou de palmeira bem perto das senzalas e como eram bastante numerosos, daí foi surgindo pequeno povoado a partir da confluência dos dois rios, estendendo-se pelas campinas e montes circunjacentes e que mais tarde daria formação a atual cidade do Jaboatão.

Francisco de Bulhões mandou erigir, como coroa do povoado que surgia, uma pequena ermida dedicada ao glorioso Santo Amaro onde, aos domingos, acompanhado de seus familiares, ia assistir missas e servia de padrinho de batismo aos recém-nascidos filhos de seus trabalhadores.